



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA**

**Projeto Pedagógico do Curso
Técnico em Segurança no Trabalho na modalidade a distância**

**João Pessoa - PB
2013**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITORIA – PRÓ REITORIA DE ENSINO João Batista de Oliveira Silva | Reitor

Paulo de Tarso Costa Henriques | Pró-Reitor de Ensino

Francisco Raimundo de M. Alves | Diretor de Educação a Distância e Projetos Especiais

Walmeran Trindade Filho | Diretor de Educação Profissional

Maria José Aires Freire de Andrade | Diretora de Articulação Pedagógica

José Lins Cavalcanti de A. Netto | Diretor de Educação Superior

CAMPUS PATOS

Fernando de Oliveira Gurjão | Diretor Geral do Campus Patos

Hélio Rodrigues de Brito | Diretor de Desenvolvimento do Ensino

Odacy Moreira da Silva | Diretora de Administração

Lavoisier Morais de Medeiros | Coordenador do Curso Técnico em Segurança no Trabalho

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Lavoisier Morais de Medeiros – Presidente da Comissão

Alessandra Gomes Coutinho Ferreira – Membro

Deyse Morgana das Neves Correia – Membro

José Carlos Vieira de Sousa – Membro

Leandro Cavalcanti de Almeida – Membro

Maria do Socorro dos Santos Guedes Duarte – Membro

Susana Cristina Batista Lucena – Membro

PARCERIA

Governo do Estado da Paraíba | Secretaria de Estado da Educação

Prof. Dr. Afonso Celso Scocuglia | Secretário da Educação

Gerência Executiva de Ensino Médio e Educação Profissional

Ana Célia Lisboa | Gerente Executiva

Núcleo de Educação a Distância

Edwin Giebelen | Gerente Executivo

Vera Lúcia Simões | Gerente Operacional

SUMÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	PAG.
1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO	6
1.1	CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	6
1.1.1	DADOS DA MANTENEDORA	6
1.1.2	DADOS DA MANTIDA	6
1.1.3	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	6
1.1.4	CENÁRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO	17
1.1.5	IDENTIDADE ESTRATÉGICA DA IES	25
1.1.5.1	MISSÃO	25
1.1.5.2	PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS	25
1.1.5.3	FINALIDADES E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO	26
1.2	CONTEXTO DO CURSO	28
1.2.1	DADOS GERAIS	28
1.2.2	JUSTIFICATIVA	29
2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	31
2.1	CONCEPÇÃO DO CURSO	31
2.1.1	OBJETIVOS DO CURSO	34
2.1.1.1	GERAL	34
2.1.1.2	ESPECÍFICO	34
2.1.2	PERFIL DO EGRESSO	35
2.1.3	COMPETÊNCIAS	35
2.1.4	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	37
2.2	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	37
2.2.1	ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	38
2.2.2	MATRIZ CURRICULAR	42
2.2.3	EMENTAS	43
2.2.4	METODOLOGIA	57
2.2.5	AValiação	60
2.2.5.1	O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ALUNOS	61

2.2.6	MATERIAL DIDÁTICO	62
2.2.7	SISTEMA DE TUTORIA	63
2.2.8	POLOS	66
2.2.9	DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	67
2.2.9.1	DOCENTE	67
2.2.9.2	DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	68
3	DIRETRIZES OPERACIONAIS	69
3.1	INGRESSO E MATRÍCULA	70
3.2	TRANCAMENTO E REABERTURA DE MATRÍCULA	70
3.3	APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS	71
3.4	TRANSFERÊNCIA E ADAPTAÇÃO CURRICULAR	72
3.5	REINGRESSO	73
3.6	DA APROVAÇÃO E DA REPROVAÇÃO	74
3.6.1	DOS REQUISITOS PARA APROVAÇÃO NAS DISCIPLINAS	74
3.6.1.1	DAS TIPOLOGIAS DE PROVAS	74
3.6.1.2	DAS FÓRMULAS PARA APROVAÇÃO NAS DISCIPLINAS	75
3.6.1.3	DA REPROVAÇÃO POR DISCIPLINA	76
3.6.1.4	DOS REQUISITOS PARA APROVAÇÃO NO CURSO	77
3.6.1.5	DA REPOSIÇÃO DAS AVALIAÇÕES	76
3.6.2	DA APROVAÇÃO NO TCC	76
3.7	REGIME ESPECIAL DE EXERCÍCIO DOMICILIAR	77
3.8	JUBILAMENTO	77
3.9	DIPLOMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	77
4	INFRAESTRUTURA	78
4.1	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	78
4.2	LABORATÓRIOS DE SEGURANÇA NO TRABALHO	78
5	BIBLIOTECA	82
6	REFERÊNCIAS	86

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

1.1 CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

1.1.1 Dados da Mantenedora

Mantenedora:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - CNPJ - 10.783.898/0001-75 Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal						
End.:	Avenida Primeiro de Maio				n.:	720	
Bairro:	Jaguaribe	Cidade:	João Pessoa	CEP:	58015430	UF:	PB
Fone:	(83) 3208 3000 (83) 3208 3004		Fax:	(83) 3208 3088			
E-mail:	ifpb@ifpb.edu.br						
Site:	www.ifpb.edu.br						

1.1.2 Dados da Mantida

Mantida:	IFPB						
End.:	Rodovia PB 110				n.º:	S/N	
Bairro:	Jatobá – Conjunto Alto da Tubiba	Cidade:	Patos	CEP:	58700-970	UF:	PB
Fone:	(83) 3423 9534 (83) 3423 9676		Fax:				
E-mail:	ifpb@ifpb.edu.br						
Site:	ead.ifpb.edu.br						

1.1.3 Breve histórico da Instituição

O atual Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB tem mais de cem anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba - de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa - de 1937 a 1961; Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba - de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba - de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – de 1999 a 2008 e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com a edição da Lei 11.892, em 29 de dezembro de 2008.

Criado no ano de 1909, através de decreto presidencial de Nilo Peçanha, o seu perfil atendia a uma determinação contextual que vingava na época como: Escola de Aprendizes Artífices. Foi concebido para prover de mão-de-obra o modesto parque industrial brasileiro que estava em fase de instalação.

Naquela época, a Escola absorvia os chamados “desvalidos da sorte”, pessoas desfavorecidas e até indigentes, que provocavam um aumento desordenado na população das cidades, notadamente com a expulsão de escravos das fazendas, que migravam para os centros urbanos. Tal fluxo migratório era mais um desdobramento social gerado pela abolição da escravatura, ocorrida em 1888, que desencadeava sérios problemas de urbanização.

O IFPB, no início de sua história, assemelhava-se a um centro correcional, pelo rigor de sua ordem e disciplina. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada capital dos estados da federação, como solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o período, para conter conflitos sociais e qualificar mão-de-obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930.

A Escola de Artífices, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, funcionou inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, transferindo-se depois para o edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960.

Finalmente, já como Escola Industrial, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe. Nessa fase, o domicílio tinha como único endereço a capital do Estado da Paraíba. Ao final da década de 60, ocorreu a transformação para Escola Técnica Federal da Paraíba e, no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED-CJ.

Transformado em 1999 no Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional - NEEP, na Rua das Trincheiras. Foi nessa fase, a partir do ano de 1999, que o atual Instituto Federal da Paraíba começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade todos os níveis de educação, desde a educação básica à educação superior (cursos de graduação na área tecnológica), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão.

A partir de então, foram implantados cursos de graduação na Área de

Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários e Licenciatura em Química.

Esse processo experimentou grande desenvolvimento com a criação dos Cursos de Bacharelado na área de Administração, Engenharia Elétrica e com a realização de cursos de pós-graduação em parceria com Faculdades e Universidades locais e regionais, a partir de modelos pedagógicos construídos, atendendo às disposições da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - e normas delas decorrentes.

Ainda como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba ocorreu, em 2007, a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande – UNED-CG – e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo.

Com o advento da Lei 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma Instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba e, além dos cursos usualmente chamados de “regulares”, desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão.

O Instituto, em consonância com seus objetivos e finalidades previstos na nova lei, desenvolve estudos com vistas a oferecer programas de capacitação para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública. Também atua fortemente na educação de jovens e adultos, tendo no PROEJA, FIC, CERTIFIC e Projeto Mulheres Mil, o cumprimento da sua responsabilidade social.

Visando à ampliação de suas fronteiras de atuação, o Instituto desenvolve ações para atuar com competência na modalidade de Educação a Distância (EaD) e tem investido fortemente na capacitação dos seus professores e técnicos administrativos, no desenvolvimento de atividades de pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu* e de pesquisa aplicada, preparando as bases para a oferta de pós-graduação nesses níveis, horizonte aberto com a nova lei.

Até o ano de 2010, contemplado com o Plano de Expansão da Educacional Profissional, Fase II (Figura 1), do Governo Federal, o Instituto conta, no estado da Paraíba, com 09 (nove) *Campi* e a Reitoria, quais sejam: João Pessoa e Cabedelo, no litoral; Campina Grande, no brejo e agreste; Picuí, no Seridó Ocidental; Monteiro, no Cariri; Princesa Isabel,

Patos, Cajazeiras e Sousa (Escola Agrotécnica, que se incorporou ao antigo CEFET, proporcionando a criação do Instituto), na região do sertão.

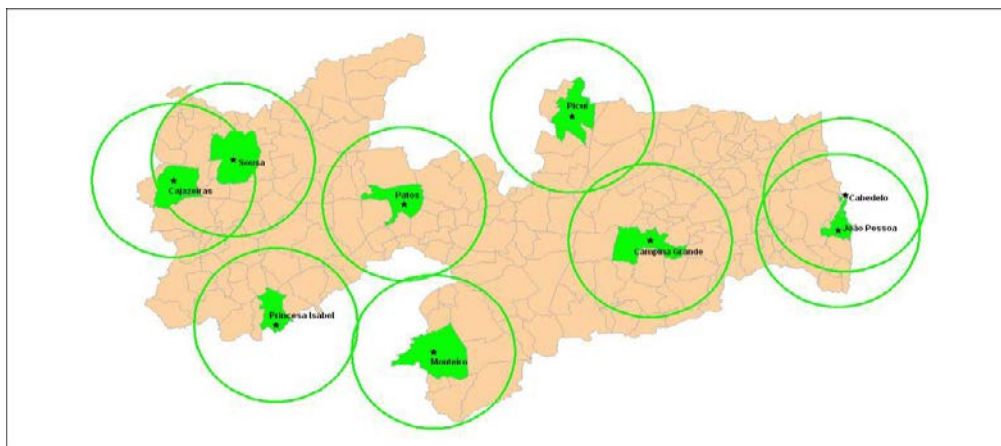


Figura 1 – Distribuição dos *Campi* na Paraíba após o Plano de Expansão - Fase II

As novas unidades educacionais levam para essas cidades, e suas adjacências, Educação Profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, proporcionando-lhe crescimento pessoal e formação profissional, conseqüentemente, oportunizando a essas regiões, desenvolvimento econômico e social e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida para sua população.

Vale ressaltar, que a diversidade de cursos, ora ofertados pela Instituição, justifica-se pela experiência e tradição desta no tocante à educação profissional.

Atendendo, ainda, ao Plano de Expansão da Educação Profissional, a Fase III contempla cidades consideradas polos de desenvolvimento regional, quais sejam: Guarabira (em funcionamento como Núcleo Avançado), Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga e Santa Rita (Figura 2).

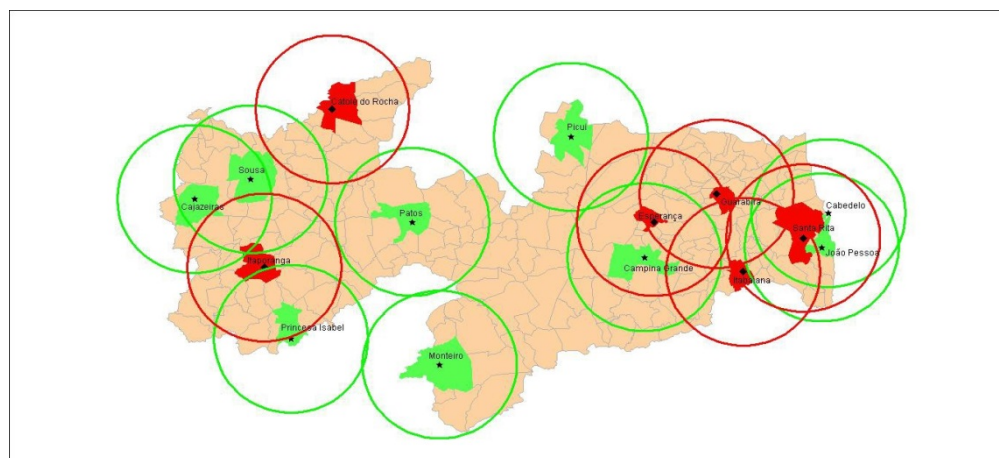


Figura 2 – Distribuição dos *Campi* na Paraíba após o Plano de Expansão - Fase III

Nessa perspectiva, o IFPB atua nas áreas profissionais das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas,

Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. São ofertados cursos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Produção Cultural e Design, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Ambiente, Saúde e Segurança. As novas unidades educacionais levarão Educação Profissional a essas cidades, na modalidade básica, técnica e tecnológica, em todos os níveis, oportunizando o desenvolvimento econômico e social e a consequente melhoria na qualidade de vida dessas regiões.

A organização do ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba oferece oportunidades em todos os níveis da aprendizagem, permitindo o processo de verticalização do ensino. São ofertados desde Programas de Formação Continuada (FIC), PROEJA, Mulheres Mil, propiciando também o prosseguimento de estudos através do CERTIFIC, até Cursos Técnicos, Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas, Bacharelados e estudos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

Educação Profissional de Nível Técnico

A Educação Profissional de nível técnico no IFPB é ofertada nas modalidades integradas e subsequente, nas áreas profissionais da construção civil, da indústria, da informática, do meio ambiente, do turismo e hospitalidade, da saúde, da cultura, considerando a carga horária mínima e as competências exigidas para cada área, de acordo com o Decreto nº 5.154/2004 e Resoluções CNE/CEB nº 04/1999 e nº 01/2005 do Conselho Nacional de Educação - CNE.

O IFPB oferece Cursos Técnicos em diversos segmentos da economia e áreas profissionais, em todos os seus *Campi* (Quadro 1).

Quadro 1 – Cursos Técnicos ofertados pelo Instituto

CAMPUS	EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS
Cabedelo	Recursos Naturais	Técnico em Pesca (Integrado e Subsequente)
	Ambiente Saúde e Segurança	Técnico em Meio Ambiente (Subsequente)
Cajazeiras	Infraestrutura	Técnico em Edificações (Integrado e Subsequente)
	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletromecânica (Integrado e Subsequente)

	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática (Integrado)
Campina Grande	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática (Integrado e Subsequente)
		Técnico em Informática (Integrado)
	Recursos Naturais	Técnico em Mineração (Integrado e Subsequente)
	Produção Industrial	Técnico em Petróleo e Gás (Integrado)
Guarabira	Gestão e Negócios	Técnico em Contabilidade (Integrado)
	Informação e Comunicação	Técnico em Informática (Subsequente)
João Pessoa	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletrotécnica (Integrado e Subsequente)
		Técnico em Mecânica (Integrado e Subsequente)
		Técnico em Eletrônica (Integrado e Subsequente)
	Infraestrutura	Técnico em Edificações (Integrado e Subsequente)
	Produção Cultural e Design	Técnico em Instrumento Musical (Integrado e Subsequente)
	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Equipamentos Biomédicos (Subsequente)
		Técnico em Controle Ambiental (Integrado)
Gestão e Negócios	Técnico em Contabilidade (Integrado)	
Monteiro	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Integrado e Subsequente)
	Produção Cultural e Design	Técnico em Instrumento Musical (Integrado)
Patos	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Integrado e Subsequente)
	Infraestrutura	Técnico em Edificações (Integrado e Subsequente)
	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletrotécnica (Integrado e Subsequente)
Picuí	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Integrado e Subsequente)
	Recursos Naturais	Técnico em Mineração (Subsequente)
	Infraestrutura	Técnico em Edificações (Integrado)
Princesa Isabel	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Subsequente)
	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Controle Ambiental (Integrado)

	Infraestrutura	Técnico em Edificações (Integrado e Subsequente)
Sousa	Informação e Comunicação	Técnico em Informática (Integrado e Subsequente)
	Recursos Naturais	Técnico em Agropecuária (Integrado e Subsequente)
	Produção Alimentícia	Técnico em Agroindústria (Integrado e Subsequente)
	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Meio Ambiente (Integrado)

A Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio, cuja organização de cursos conduz o aluno a uma habilitação profissional técnica de nível médio, que também lhe dará o direito à continuidade de estudos na educação superior, será oferecida para estudantes que tenham concluído o ensino fundamental.

A Educação Profissional de Nível Técnico no IFPB corresponde à oferta de cursos técnicos, considerando a carga horária mínima e o perfil profissional exigidos para cada eixo tecnológico, de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – Resolução do CNE/CEB nº 03, de 09 de julho de 2008.

O currículo dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio está estruturado em regime anual com duração de 04 (quatro) anos, integrando a formação geral com uma carga horária mínima de 2.400 horas e a formação técnica, conforme exigência do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT – para a respectiva habilitação profissional, acrescida da carga horária destinada ao estágio curricular e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Ainda sobre o currículo dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, podemos dizer que está definido por disciplinas orientadas pelos perfis de conclusão e distribuídas na matriz curricular, com as respectivas cargas horárias, propiciando a visualização do curso como um todo.

PROEJA – Educação de Jovens e Adultos

A Educação Profissional ofertada para a Educação de Jovens e Adultos, respeitando suas especificidades definidas no Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, é ofertada com as mesmas características do Ensino Técnico Integrado estabelecidas no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Nesse sentido, o atendimento a essa clientela

pressupõe ações voltadas para o seu projeto de vida e para as necessidades urgentes de (re)inserção e de (re)qualificação, visando à complementação da renda familiar ou ao provimento de seu sustento. Dessa forma, o ensino aponta para um projeto capaz de vislumbrar o trabalho como princípio educativo. Assim, estaremos, enquanto instituição de ensino, resgatando a nossa função social e promovendo dignidade e cidadania. Atualmente, o IFPB oferta esta modalidade de ensino contemplando os cursos: Técnico Integrado em Eventos, em João Pessoa; Operação de Microcomputadores, em Campina Grande; Desenho de Construção Civil, em Cajazeiras, e Agroindústria, em Sousa.

Educação Superior – Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciatura, Bacharelados e Engenharias

Os Cursos Superiores de Tecnologia integram as diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia e visam, segundo suas diretrizes curriculares, garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja a utilização de tecnologias.

Com a Educação Profissional Tecnológica de Graduação, a Instituição tem galgado seu espaço, construindo uma educação gratuita e de qualidade, assentada nos mais modernos fundamentos científicos e tecnológicos, potencializando-se em opção de qualidade para as diversas gerações.

A oferta dos Cursos de Licenciatura visa ao atendimento à Lei 11.892/2008 e foi criada com o objetivo de minimizar a falta de profissionais de educação para exercer a docência nas Escolas de Educação Básica. As Licenciaturas, cujo objetivo é a habilitação do profissional de diversas áreas do conhecimento para atuar no magistério, são ofertadas a portadores de diplomas de Ensino Médio. Os programas de formação pedagógica foram regulamentados pela Resolução nº 2, de 07 de julho de 1997, alterando a Portaria 432, de 19 de julho de 1971, que regulamentava a formação de docentes para as disciplinas do currículo da educação profissional. Mesmo antes da edição da referida Lei, atuando com uma visão de futuro, O IFPB já ofertava o Curso de Licenciatura em Química.

O IFPB oferece atualmente o Bacharelado em Administração e em Engenharia Elétrica. A duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos de Bacharelado presenciais, no âmbito do IFPB, atendem ao Parecer CNE/CES nº 08/2007 e Resolução CNE/CES Nº 02/2007. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação,

bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário, tomando por base a Resolução CNE/CES N° 02/2007.

Em relação aos Cursos de Engenharia, o IFPB adota como referencial o Parecer n° 1.362/2001 que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia (Quadro 2).

Quadro 2 – Cursos Superiores ofertados pelo Instituto

CAMPUS	EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS
Cabedelo	Produção Cultural e Design	CST em Design Gráfico
Cajazeiras	Informação e Comunicação	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Controle e Processos Industriais	CST em Automação Industrial
	Licenciatura	Licenciatura em Matemática
Campina Grande	Infraestrutura	CST em Construção Civil
	Informação e Comunicação	CST em Telemática
	Licenciatura	Licenciatura em Matemática
Guarabira	Gestão e Negócios	CST em Gestão Comercial
Monteiro	Infraestrutura	CST em Construção de Edifícios
João Pessoa	Bacharelado	Bacharelado em Administração
	Bacharelado	Bacharelado em Engenharia Elétrica
	Controle e Processos Industriais	CST em Automação Industrial
	Infraestrutura	CST em Construção de Edifícios
	Produção Cultural e Design	CST em Design de Interiores
	Informação e Comunicação	CST em Geoprocessamento
	Ambiente e Saúde	CST em Gestão Ambiental
	Gestão e Negócios	CST em Negócios Imobiliários
Informação e Comunicação	CST em Redes de Computadores	

	Informação e Comunicação	CST em Sistemas de Telecomunicações
	Informação e Comunicação	CST em Sistemas para Internet
	Licenciatura	Licenciatura em Química
Patos	Segurança	CST em Segurança do Trabalho
Picuí	Recursos Naturais	CST em Agroecologia
Princesa Isabel	Ambiente e Saúde	CST em Gestão Ambiental
Sousa	Recursos Naturais	CST em Agroecologia
	Produção Alimentícia	CST em Alimentos
	Licenciatura	Licenciatura em Química
	Bacharelado	Bacharelado em Medicina Veterinária

Após a consolidação do ensino superior em nível de graduação, o IFPB iniciou a oferta de cursos de pós-graduação, nas suas diversas áreas, com a finalidade de atender à demanda social por especialistas. Os cursos de especialização *lato sensu* em Segurança da Informação, Educação Profissional e Gestão Pública iniciaram uma série de cursos de pós-graduação ofertados pelo IFPB.

Para uma instituição de ensino profissionalizante que prima pela qualidade e busca a todo tempo incrementá-la, é estratégico para o seu dinamismo ter um programa de incentivo e difusão da cultura da pesquisa científica e tecnológica. Nesse sentido, o IFPB tem buscado construir e difundir conhecimentos, apoiar tecnologicamente o setor produtivo, propiciar a iniciação científica aos discentes, fazer a realimentação curricular dos cursos, obter recursos para a Instituição e incentivar a formação em pós-graduação dos servidores. Estas são algumas das razões que justificam tal importância.

Assim, a Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, setor tático responsável pelas ações para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, pela inovação tecnológica e pela pós-graduação no IFPB, apresenta uma proposta de Política de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, tendo como diretriz primeira uma política, cujo instrumento norteador sejam as ações nesses campos.

Os grupos ou núcleos de pesquisa constituem-se células *mater* do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e da inovação na Instituição. Buscar

formas de incentivar a sua criação/consolidação e apoiar o seu desenvolvimento, torna-se crucial para o sucesso de qualquer plano institucional de pesquisa científica e tecnológica, inovação e pós-graduação.

Naturalmente, associa-se pesquisa aos cursos superiores ou aos programas de pós-graduação. A pesquisa científica e tecnológica, desenvolvida no IFPB, porém, já vem sendo realizada em todas as modalidades de ensino do IFPB: Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino de Graduação (Tecnológico, Bacharelado e Licenciatura) e Ensino de Pós-Graduação (*LatoSensu*).

Assim, o IFPB há muito tem demonstrado o seu potencial no campo da pesquisa científica e tecnológica. Possui uma infraestrutura física de laboratórios e um quadro efetivo de recursos humanos bem qualificados. Atualmente, o IFPB possui 28 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e certificados pela Instituição, nas seguintes áreas:

- Ciências Agrárias – 1;
- Ciências Exatas e da Terra – 10;
- Ciências Humanas – 4;
- Ciências Sociais Aplicadas – 2;
- Engenharias – 7;
- Linguística, Letras e Artes – 4.

Esses grupos têm apresentado produção acadêmica constante e consistente, inclusive proporcionando aos discentes a iniciação científica e servindo de incentivo para a formação de novos grupos.

A Instituição conta, ainda, com um veículo impresso para divulgação de trabalhos científicos e tecnológicos, que é a *Revista Principia*.

É sobre essa base de ciência e tecnologia, construída nos últimos anos, que o IFPB trabalha para reforçar a sua capacidade de produção de pesquisas científicas e tecnológicas e de inovação tecnológica, voltadas ao desenvolvimento educacional, econômico e social da nossa região de abrangência.

Além das atividades pertinentes à Pesquisa, o IFPB tem atuado, também, junto à Extensão, desenvolvendo, de acordo com as Dimensões da Extensão estabelecidas pelo FORPROEXT (Fórum de Dirigentes de Extensão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica), os seguintes projetos:

Projetos Tecnológicos: desenvolvimento de atividades de investigação científica, técnica e tecnológica, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação.

Serviços Tecnológicos: oferta de serviços de consultoria, assessoria, e outros serviços de cunho técnico e tecnológico, para o mundo produtivo.

Eventos: realização de ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.

Projetos Sociais: projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias, transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

Cursos de Extensão: ação pedagógica de caráter teórico e prático de oferta não regular, que objetiva a capacitação de cidadãos.

Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: compreende ações de apoio e promoção de eventos de caráter cultural, cívico, artístico e desportivo.

Visitas Técnicas e Gerenciais: interação das áreas educacionais da Instituição com o mundo do trabalho.

Empreendedorismo: compreende o apoio técnico educacional com vistas à formação empreendedora, bem como ao desenvolvimento de serviços e produtos tecnológicos.

Acompanhamento de egressos: constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o desenvolvimento profissional egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2012, o IFPB lançou curso de Pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, na área de Engenharia Elétrica.

1.1.4 Cenário socioeconômico da região

A Paraíba está situada no Nordeste brasileiro, limitada pelos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, além de ter sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. Em 2010, contava com uma população estimada em **3.766.528** milhões de habitantes, segundo o Censo de 2010, divulgado pelo IBGE.

Apesar de possuir uma economia pequena, se comparada com aquelas dos estados mais desenvolvidos do país, a Paraíba tem experimentado índices de crescimento bastante expressivos. A variação do Produto Interno Bruto do Estado (PIB), em comparação aos índices apresentados para o Nordeste e o Brasil, pode ser vista com o auxílio da Tabela 1.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto per capita do Brasil, Nordeste e Paraíba

CAMPUS	EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS
Cabedelo	Recursos Naturais	Técnico em Pesca (Integrado e Subsequente)
	Ambiente Saúde e Segurança	Técnico em Meio Ambiente (Subsequente)
Cajazeiras	Infraestrutura	Técnico em Edificações (Integrado e Subsequente)
	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletromecânica (Integrado e Subsequente)
	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática (Integrado)
Campina Grande	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática (Integrado e Subsequente)
		Técnico em Informática (Integrado)
	Recursos Naturais	Técnico em Mineração (Integrado e Subsequente)
	Produção Industrial	Técnico em Petróleo e Gás (Integrado)
Guarabira	Gestão e Negócios	Técnico em Contabilidade (Integrado)
	Informação e Comunicação	Técnico em Informática (Subsequente)
João Pessoa	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletrotécnica (Integrado e Subsequente)
		Técnico em Mecânica (Integrado e Subsequente)
		Técnico em Eletrônica (Integrado e Subsequente)
	Infraestrutura	Técnico em Edificações (Integrado e Subsequente)
	Produção Cultural e Design	Técnico em Instrumento Musical (Integrado e Subsequente)
	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Equipamentos Biomédicos (Subsequente)
		Técnico em Controle Ambiental (Integrado)
	Gestão e Negócios	Técnico em Contabilidade (Integrado)

Monteiro	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Integrado e Subsequente)
	Produção Cultural e Design	Técnico em Instrumento Musical (Integrado)
Patos	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Integrado e Subsequente)
	Infraestrutura	Técnico em Edificações (Integrado e Subsequente)
	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletrotécnica (Integrado e Subsequente)
Picuí	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Integrado e Subsequente)
	Recursos Naturais	Técnico em Mineração (Subsequente)
	Infraestrutura	Técnico em Edificações (Integrado)
Princesa Isabel	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Subsequente)
	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Controle Ambiental (Integrado)
	Infraestrutura	Técnico em Edificações (Integrado e Subsequente)
Sousa	Informação e Comunicação	Técnico em Informática (Integrado e Subsequente)
	Recursos Naturais	Técnico em Agropecuária (Integrado e Subsequente)
	Produção Alimentícia	Técnico em Agroindústria (Integrado e Subsequente)
	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Meio Ambiente (Integrado)

No tocante aos aspectos econômico, social e político, a Paraíba está dividida em quatro mesorregiões, assim denominadas, de acordo com a classificação estabelecida pelo IBGE: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano (Figura 3).

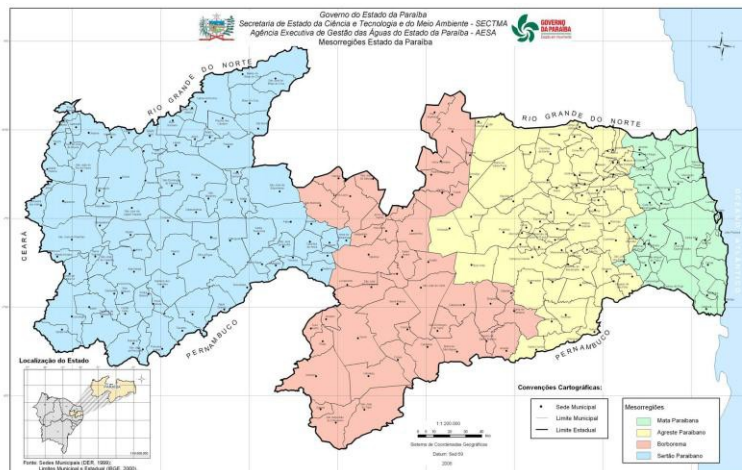


Figura 3 – Mesorregiões econômicas da Paraíba.
Fonte: PDI-IFPB (2010)

Essas mesorregiões estão, por sua vez, desagregadas em 23 microrregiões geográficas. Diante da prevalência dos problemas enfrentados pela população que habita as áreas semiáridas do estado e da necessidade de solucionar a crise econômica que afeta a Zona da Mata e a Região do Brejo, optou-se por adotar a divisão clássica do estado da Paraíba e agregar seus principais espaços econômicos nas seguintes zonas geoeconômicas: Litoral-Mata, Agreste-Brejo e Semiárido.

A Zona Litoral-Mata corresponde à Mesorregião Mata Paraibana, definida pelo IBGE e integrada pelas seguintes Microrregiões Geográficas: Litoral Norte - Sapé, João Pessoa, e Litoral Sul - que engloba 30 dos 223 municípios do estado, ou seja, 13,45% do total. Com uma superfície de 5.242 km² (9,3% do território do estado), abrigava uma população de 1.196.594 habitantes, em 2000, o que significa uma densidade de 228,3 hab/km². O grande aglomerado urbano da capital do estado é um dos principais responsáveis por essa concentração populacional.

A Zona do Agreste-Brejo abrange, quase que integralmente, as Microrregiões constitutivas da Mesorregião do Agreste, tal como definida pelo IBGE: Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro. Essas seis microrregiões, reúnem 48 municípios (21,5% do total). Para os efeitos da classificação aqui adotada, a Zona do Agreste-Brejo deixa de englobar as Microrregiões do Curimataú Ocidental e do Curimataú Oriental, que passam a integrar a Zona Semi-Árida. Com isso, a Zona do Agreste-Brejo passa a ter uma área de 7.684km² (13,6% da superfície total do estado) e uma população de 950.494 habitantes em 2000 (IDEME, 2001), consistindo em uma zona de grande concentração populacional, pois possuía uma densidade demográfica de 123,7

hab/km² naquele ano, correspondendo a 54% da observada na Zona Litoral-Mata. A densidade demográfica do Agreste-Brejo é duas vezes superior à média do estado. O peso populacional do Agreste-Brejo é, em grande parte, devido à cidade de Campina Grande, onde vivem 37,4% dos habitantes dessa zona.

A Zona Semiárida é a mais extensa em área, com 43.513,65 km² (77,1% do total do estado), e dotada de maior número absoluto de habitantes. Sua população, em 2000, era de 1.296.737 pessoas (37,6% do total), o que representava uma densidade demográfica de 29,8 hab/km². Esse indicador espelha as dificuldades enfrentadas pela população que vive naquela zona, pois dada à escassez relativa de recursos naturais que a caracteriza, apresenta a menor densidade demográfica entre as zonas geo-econômicas consideradas. Sua população está sujeita a condições de insustentabilidade, tanto econômica quanto social, bem mais difícil de controlar do que as encontradas nas Zonas Litoral-Mata e Agreste-Brejo. Comparado aos demais espaços semi-áridos do Nordeste, o da Paraíba é um dos mais afetados pela degradação ambiental. Da categoria semiárida paraibana aqui considerada, fazem parte os seguintes espaços: Mesorregião do Sertão Paraibano (Microrregiões Geográficas de Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga e Serra do Teixeira); Mesorregião da Borborema (Microrregiões do Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Cariri Ocidental e Cariri Oriental); e as terras do Planalto da Borborema, conhecidas como Curimataú, representadas pelas Microrregiões do Curimataú Ocidental e do Curimataú Oriental, que integram a Mesorregião do Agreste, tal como classificada pelo IBGE. Para efeito de análise de mercado, podemos dividir a Paraíba em três mesorregiões distintas: a zona da mata, região polarizada pela capital João Pessoa; o agreste, região central do estado, polarizada pela cidade de Campina Grande e o sertão, com suas características próprias, polarizada pela cidade de Patos.

O sertão se caracteriza pelo baixo índice de industrialização, em relação a sua extensão e sua densidade populacional. Basicamente, observa-se a presença de indústrias de beneficiamento mineral (área na qual o Estado apresenta um considerável potencial de exploração), além da indústria de alimentos e bebidas, ambas com baixos índices de automação. A mesorregião conta com três distritos industriais, o de Patos, com aproximadamente 35,0 ha, o de Sousa com 32,5 ha e o de Cajazeiras, com 21,39 ha.

Embora dotadas de razoável infraestrutura, as indústrias dessa mesorregião não declararam investimentos em melhorias e/ou ampliações da capacidade produtiva no protocolo de intenções industriais entre 1996 e 1998, e apenas uma delas recebeu incentivos

do FAIM (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba) no mesmo período, o que resultou em menos de 100 novas vagas na cidade de Cajazeiras.

Na área educacional, o sertão paraibano é atendido pela rede estadual de escolas públicas, responsável pelo ensino básico, na maioria das cidades da região. A rede municipal é responsável pelo ensino fundamental, ofertado na zona urbana e rural na maioria dos municípios. A região conta ainda com quatro *Campi* do Instituto: Sousa, Cajazeiras, Patos e Princesa Isabel, servindo boa parte da região do sertão, além de unidades do SENAI, SENAC, SEBRAE e rede privada, além de ser atendida por projetos do SENAR e do SENAT. No ensino superior, além do *Campus* de Cajazeiras que oferta dois cursos superiores de tecnologia (Desenvolvimento de Softwares e Automação Industrial), o sertão conta com vários *Campi* da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) localizados nas cidades de Patos, Sousa e Cajazeiras, onde são oferecidos cursos como Engenharia Florestal, Veterinária, Direito, Pedagogia e outros. A cidade de Patos conta ainda com a Fundação Francisco Mascarenhas, que oferece cursos de graduação e pós-graduação.

A mesorregião do agreste paraibano apresenta um grau de urbanização e desenvolvimento maior que a do sertão e comparável à da zona da mata. Com três distritos industriais – todos situados na cidade de Campina Grande –, ela apresenta indústrias de transformação nas áreas de química, eletro-eletrônicos, mineração, têxtil, metal-mecânica, produtos alimentícios, bebidas, materiais plásticos, papel e papelão, cerâmica, couro calçado, editorial e gráfico e borracha. O índice de automação das indústrias varia de baixo a médio, com algumas indústrias empregando tecnologias de ponta no seu processo produtivo.

A cidade Polo da região possui uma grande demanda de serviços técnicos na área de eletrônica, seja para atender ao parque industrial, seja na prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistemas, dentre os quais se destacam os de informática. Observando o número de empresas assistidas pelos recursos do FAIM, entre os anos de 1996/98, cerca de 34 indústrias de diversos setores da economia foram beneficiadas, gerando cerca de 6500 empregos somente na mesorregião.

No que diz respeito à oferta de educação básica, a região é atendida pelas redes estadual, municipal e privada. Devido a maior renda no município, a cidade de Campina Grande, possui ampla rede privada de ensino, atuando tanto no ensino fundamental quanto no médio.

Esta cidade conta com três instituições de ensino superior: a Universidade Federal de Campina Grande, que oferece cursos de graduação e pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento; a Universidade Estadual da Paraíba; e a Faculdade de Ciências

Sociais Aplicadas (FACISA).

Recentemente, foi lançada pelo Sistema FIEP (SESI, SENAI e IEL) a Universidade Corporativa da Indústria da Paraíba, que terá sede na cidade e oferecerá cursos superiores em várias áreas do conhecimento. Destaca-se ainda, a vocação da região para o desenvolvimento de novas tecnologias no campo da Engenharia Elétrica e da Informática, devido principalmente à influência da UFCG, com seu Curso de Engenharia Elétrica, classificado entre os cinco melhores do país, e à Escola Técnica Redentorista.

Como resultado dessa vocação, observa-se o aumento do número de empresas de base tecnológica e empresas incubadas no Parque Tecnológico da Paraíba. A cidade de Campina Grande, por sua vocação econômica, também é sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba.

Além do mais, o agreste, capitaneado por Campina Grande, conta com a presença de unidades do SENAI, SENAC, SEBRAE, além de outras instituições de educação profissional, públicas e privadas, tendo se destacado por sua vocação educacional, ampliando sua área de atendimento aos demais estados da região e do país.

Situação similar à do agreste ocorre na mesorregião da zona da mata. Os seis distritos industriais existentes nas cidades de João Pessoa, Conde, Alhandra, Guarabira, Santa Rita e Cabedelo abrigam indústrias nas mais diversas áreas da atividade econômica. O número de indústrias, volume de produção e taxas de emprego são os maiores do estado, com maior concentração na área de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo.

Embora o número de indústrias, bem como o volume de investimento tenha aumentado, a média de empregos na indústria tem decrescido nos últimos anos no estado, passando de 111,1% no ano de 1995 para 95,3% no ano de 1998. Nota-se que, no mesmo período, houve um crescimento semelhante em outras áreas como a de serviços e comércio.

Na área educacional, destaca-se o número elevado de oferta de vagas nas instituições de ensino superior, bem como na educação básica e profissional. João Pessoa, a principal cidade do estado, conta atualmente com onze Instituições de Ensino Superior (IES) – o Instituto Federal incluso – centenas de escolas públicas e privadas que atuam na educação básica, além de unidades do SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SEBRAE e instituições privadas de educação profissional. Ela tornou-se um centro educacional de médio porte – em nível nacional – algo que tende cada vez mais a crescer em função da elevada demanda por oportunidades educacionais, tendência essa, que tem merecido atenção e ações constantes do Instituto Federal da Paraíba, que conta com três unidades na região.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável do estado prevê investimentos em diversas áreas, levando em conta os seguintes fatores:

- Potencialidades associadas aos complexos produtivos já instalados e consolidados como: têxtil-vestuário, couro-calçados, eletroeletrônico, metal mecânico e mineração, indústria química e de alimentos e construção civil;
- Capacidade científica e tecnológica em segmentos específicos, em especial agropecuária, eletroeletrônica e informática;
- Potencialidades representadas pelas pequenas e médias empresas;
- Boa dotação de infraestrutura devido à presença marcante de entidades voltadas para a formação, especialização e treinamento de recursos humanos, como centro de ensino superior, ao lado de entidades como SENAI, SENAC, IFPB e a ESPEP;
- Localização geográfica estratégica do Estado da Paraíba;
- Redução das desigualdades sociais;
- Desenvolvimento de programas estruturantes, referenciados na sustentabilidade ambiental;
- Programas de saneamento e urbanização;
- Programa de incentivo ao turismo;
- Programa de recursos hídricos e de polos de irrigação;
- Programa de incentivo ao desenvolvimento das cidades polos: João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Monteiro, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras;
- Programa de eixos de integração econômica (Rodovias, Ferrovias e Portos).

O IFPB abrange todo o território paraibano: João Pessoa e Cabedelo, no litoral; Campina Grande, no brejo e agreste; Picuí, no Seridó Ocidental; Monteiro, no Cariri; Patos, Cajazeiras, Souza e Princesa Isabel, na região do sertão, conforme demonstrado na Figura 1.

Atuando primordialmente na Paraíba, mas não excluindo atividades nacionais ou internacionais, o Instituto desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: comércio, construção civil, educação, geomática, gestão, indústria, informática, letras, meio ambiente, química, recursos pesqueiros, agropecuária, saúde, telecomunicações e turismo e hospitalidade.

Dessa forma, o IFPB procura, ao interiorizar a educação tecnológica, adequar sua oferta de ensino, extensão e pesquisa, primordialmente, às necessidades estaduais.

Ressalte-se, que a localização geográfica da Paraíba permite que a área de influência do Instituto Federal se estenda além das divisas do estado. Assim, regiões mais industrializadas, como Recife e Natal, têm, historicamente, solicitado profissionais formados pelo Instituto para suprir a demanda em áreas diversas.

Portanto, além de desempenhar o seu próprio papel no desenvolvimento de pessoas, nos mais diversos níveis educacionais, o Instituto Federal da Paraíba atua em parceria com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão, no apoio às necessidades tecnológicas empresariais. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas gradualmente vem se consolidando dentro do contexto macro regional, delimitado pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

1.1.5 Identidade Estratégica da IES

1.1.5.1 Missão

A missão, a referência básica para orientação institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Educação da Paraíba, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2010-2014), é preparar profissionais cidadãos com sólida formação humanística e tecnológica, para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade sustentável, justa e solidária, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sendo assim, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba tem como componentes da sua função social o desenvolvimento pleno dos seus alunos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada com qualidade, preparando-os para serem agentes transformadores da sua realidade social.

Outros componentes da função social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba são a geração, disseminação, transferência e aplicação de ciência e tecnologia, visando o desenvolvimento do estado, a fim de que seja ambientalmente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo, amplificando, assim, sua contribuição para a melhoria e qualidade de vida de todos.

1.1.5.2 Princípios e valores institucionais

No exercício da Gestão, o Instituto Federal da Paraíba deve garantir a todos os seus *Campi* a autonomia da Gestão Institucional democrática, a partir de uma administração descentralizada, tendo como referência os seguintes princípios:

- Ética – Requisito básico orientador das ações institucionais;
- Desenvolvimento Humano – Desenvolver o ser humano, buscando sua integração à sociedade, através do exercício da cidadania, promovendo o seu bem-estar social;
- Inovação – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- Qualidade e Excelência – Promover a melhoria contínua dos serviços prestados;
- Autonomia dos *Campi* – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada *campus*;
- Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão, aproximando a administração da comunidade;
- Respeito – Atenção com alunos, servidores e público em geral;
- Compromisso Social – Participação efetiva nas ações sociais, cumprindo seu papel social de agente transformador da sociedade.

1.1.5.3 Finalidades e objetivos da Instituição

Finalidades

Segundo a Lei 11.892/08, o Instituto Federal da Paraíba é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba atuará em observância com a legislação vigente com as seguintes finalidades:

- I.- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos, com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II.- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III.- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV.- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal da Paraíba;
- V.- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico e criativo;
- VI.- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino, de ciências, nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII.- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII.- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX.- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente, as voltadas à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida;
- X.- Promover a integração e correlação com instituições congêneres, nacionais e internacionais, com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão.

Objetivos

Observadas suas finalidades e características, são objetivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba:

- I.- Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II.- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III.- Realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV.- Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, culturais e ambientais;
- V.- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI.- Ministrando em nível de educação superior:
 - a) Cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) Cursos de bacharelado em engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e) Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.2. Contexto do curso

1.2.1 Dados Gerais

Denominação:	Curso Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade a distância
Eixo Tecnológico:	Ambiente, Saúde e Segurança
Duração:	04 (quatro) semestres
Autorização:	
Carga Horária:	1.310 horas
Prática Profissional / TCC:	200
Carga Horária Total:	1.510 horas
Numero de vagas:	500

1.2.2 Justificativa

No mundo contemporâneo, a Segurança do Trabalho tem se tornado uma das principais preocupações da sociedade, ao lado da saúde e do controle ambiental. A prevenção de acidentes de todo tipo é parâmetro importante em qualquer projeto ou empreendimento, envolvendo a redução dos altos custos humanos e materiais, e conseqüentemente a melhoria das condições sociais.

O Brasil tem sido destaque no que se refere à incidência de doenças ocupacionais e ao número de acidentes de trabalho. Essa afirmação é comprovada diante das estatísticas que nos coloca, sistematicamente, entre os países que mais registram acidentes de trabalho no mundo. Segundo dados do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, publicado em janeiro de 2008, foram registrados em 2007, em todo o País, 503.890 acidentes de trabalho. Apesar da incidência ter caído em relação à 2006 e 2005, ainda é muito alta, especialmente considerando que as estatísticas oficiais brasileiras são limitadas, pois incluem apenas os trabalhadores registrados em carteira, envolvendo grande subnotificação. Esses acidentes possuem conseqüências altamente indesejáveis, pois provocam danos sociais e à saúde dos trabalhadores e das empresas. Dentre os prejuízos econômicos originados pelos acidentes de trabalho, tem-se a perda anual ao equivalente a 4% do PIB, no Brasil.

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), as principais causas dos acidentes são a deterioração das condições de trabalho, causadas pela globalização e pela liberalização dos mercados, o desrespeito ao direito de segurança do trabalhador e a falta de cumprimento da lei ou de regulamentação adequada de segurança. Diante dessa situação, torna-se imperioso priorizar ações e adotar políticas mais contundentes para a prevenção dos

fatores de risco incidentes nos locais de trabalho.

Para reduzir custos e otimizar o processo de trabalho é necessário proporcionar condições adequadas para o exercício de todas as atividades profissionais dentro da organização, cumprindo as exigências legais e prevenindo acidentes e doenças ocupacionais através da atuação de profissionais com conhecimento específico na área.

A área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) se caracteriza pelo papel estratégico de implantar preceitos, condutas, valores e crenças de segurança com o desafio de integrar a segurança, a qualidade, o meio ambiente, a produção, a manutenção, a administração e o controle dos custos das empresas, estabelecendo melhoria das condições dos ambientes de trabalho, a fim de reduzir os níveis de risco e de proporcionar proteção aos trabalhadores, o que acarreta no aumento da produtividade e da competitividade das organizações. Para tanto, os profissionais dessa área analisam as condições de trabalho, planejam e elaboram normas e instruções de trabalho, reforçam comportamentos seguros, realizam auditorias e programam ações corretivas que acabam ou minimizam os riscos dos locais de trabalho. O funcionamento efetivo da SST nas organizações pode trazer o benefício da redução das perdas humanas, do patrimônio, do meio ambiente e do processo, evitando consequências danosas ao mundo do trabalho.

Dessa forma, a Norma Regulamentadora 4 (NR 4), em cumprimento ao artigo 162 da Consolidação das Leis do Trabalho, impõe que as empresas públicas e privadas, em função do grau de risco da atividade e do número de empregados que possuam, devem organizar e manter em funcionamento o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, com o objetivo maior de desenvolver programas preventivos de acidentes do trabalho no âmbito da empresa. A mesma norma prevê os profissionais componentes do serviço e seu dimensionamento. Esses profissionais são obrigatoriamente empregados da empresa e detentores de formação especializada na área de segurança e saúde do trabalho, sendo três com formação de nível superior, quais sejam: Engenheiro de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho e Enfermeiro do Trabalho; e dois com formação técnica, a saber: Auxiliar de Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho. O Técnico em Segurança do Trabalho é o profissional mais requerido, quantitativamente, no dimensionamento do SESMT.

Ainda, a Lei 7.410/85, regulamentada pelo Decreto nº 92.530/86, estatui o exercício da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, exclusivamente, ao portador de certificado de conclusão de curso de Técnico de Segurança do Trabalho, ministrado no País em estabelecimento de ensino de 2º grau.

Constata-se, assim, a necessidade cada vez maior da formação de profissionais em nível técnico, possibilitando o exercício de suas atividades, de acordo com as normas legais, para responder às exigências decorrentes das formas de gestão, de novas técnicas e tecnologias e da globalização nas relações econômicas, o que vêm transformando a sociedade e a organização do trabalho. Essas práticas exigem desses profissionais, a atuação em equipes multiprofissionais, com criatividade e flexibilidade, atendendo às diferentes situações em diversos tipos de organizações, permanentemente sintonizados com as transformações tecnológicas e socioculturais.

A atividade do profissional Técnico de Segurança do Trabalho é uma atividade extremamente relevante para a redução dos acidentes de trabalho, através de planejamento de prevenção, implementação das ações e avaliações sistemáticas da eficácia dessas ações, com vistas à melhoria contínua. O atendimento às necessidades dos sistemas gerenciais de segurança do trabalho, garantindo a manutenção da integridade física dos trabalhadores, unida ao aumento da produtividade e melhoria da qualidade, inclui-se nas atividades que o profissional técnico deverá desempenhar entre as diversas categorias profissionais, e população em geral, nas questões relativas à Saúde e Segurança no Trabalho.

Portanto, a educação profissionalizante é uma forma de ação que visa e permite a mudança no quadro acidentário trabalhista atual. Nesse contexto, o IFPB – Campus Patos se propõe a implantar e manter cursos de formação de profissionais de Segurança de Trabalho, contribuindo com a disseminação da cultura prevencionista entre entidades empregadoras e trabalhadores, no intuito de promover o bem-estar físico e mental do homem e gerando desenvolvimento socioeconômico ao país.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

O uso das tecnologias digitais na educação provocou mudanças na cognição humana e no processo de ensino-aprendizagem, bem como reestrutura de maneira significativa a consciência e a memória, e, conseqüentemente, a cognição humana, instaurando, assim, uma nova ordem nas formas tradicionais de compreender e de agir sobre o mundo (GIEBELEN, 2011).

De um lado, essas tecnologias fixam lembranças de fatos concretamente

vividos por outra pessoa, derrubam as barreiras entre os acontecimentos reais e a ficção e oferecem perspectivas sem precedentes ao desenvolvimento, não apenas da memória social, baseada em fatos vividos (KENSKI, 2007). Memórias artificiais são criadas a partir das interações com imagens e sons apresentados pelos meios de comunicação, e essas mixagens e reinterpretções influenciam diretamente a memória pessoal, como também a memória coletiva. De acordo com Lévy (1999), essas tecnologias digitais favorecem novas formas de acesso à informação, proporcionadas pela navegação por hiperdocumentos, pela caça à informação através de mecanismos de busca, entre outras estratégias de ampliação de informação.

O Relatório Jaques Delors (2000) mostra com muita propriedade, os traços desse contexto mundial assinalado pelo elevado grau de competitividade e a demanda por geração de informação e de conhecimento. A dinâmica desse processo é marcada pela emergência de redes científicas e tecnológicas entre grandes corporações no mundo inteiro, ligando centros especializados e fazendo surgir novos polos de dinamismo baseados no comércio mundial. Informação e conhecimento, nesse contexto, passam a ser consideradas como as fontes de poder e riqueza (BRENNAND; GIEBELEN; MORAIS, 2009).

Ainda de acordo com Delors (2000), a educação deve transmitir cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos adaptados à civilização cognitiva, pois eles são as bases das competências do futuro e cabe à educação fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através desse mundo. Dessa maneira, o autor afirma que,

a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS, 2000).

Vale ressaltar aqui que cada um dos “quatro pilares do conhecimento” deve ser objeto de atenção, por igual, por parte do ensino estruturado, a fim de que a educação apareça para o sujeito, como pessoa e como membro da sociedade, como uma experiência global a ser levada a cabo ao longo de toda a vida, tanto no plano cognitivo quanto no prático.

Corroborando com essas formas de ensinar e de aprender, Lévy (1999) afirma

que qualquer reflexão sobre o futuro dos sistemas de educação e de formação na cultura cibernética deve ser fundada em uma análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber. O processo de ensino-aprendizagem não necessariamente ocorre nas comunidades físicas e, sim, no ciberespaço, pois esse lugar, segundo o autor, é a região dos mundos virtuais, por meio dos quais as comunidades descobrem e constroem seus objetos e conhecem a si mesmas como coletivos inteligentes (GIEBELEN, 2011).

Como outra reforma necessária ao sistema de educação, propiciada pelas tecnologias digitais e pela nova situação mundial, Lévy (1999) aponta para a aclimação dos dispositivos e do espírito da Educação a Distância (EaD) no cotidiano da educação, pois explora técnicas de ensino e de aprendizagem, incluindo as redes de comunicação interativas e todas as tecnologias da cibercultura.

As determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em relação à EaD estão relacionadas na Lei nº 9.394, em seu artigo 80, Título VIII: das Disposições Gerais, regulamentando que:

- a) O Poder Público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de educação a distância.
- b) A Educação a distância desenvolve-se em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.
- c) A educação a distância organiza-se com abertura e regime especiais.
- d) A educação a distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.
- e) Caberá à União, regulamentar requisitos para a realização de exames, para o registro de diplomas relativos a cursos de Educação a distância.
- f). Caberá aos sistemas de ensino, normatizar a produção, controle e avaliação de programas e autorizar sua implementação.
- g) Poderá haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.
- h) A Educação a distância terá tratamento diferenciado, que incluirá: custos reduzidos na transmissão por rádio e televisão; concessão de canais exclusivamente educativos; tempo mínimo gratuito para o Poder Público, em canais comerciais.

Verifica-se que a EaD é caracterizada no Decreto nº 5.622/2005, art. 1º, como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Além disso, esse decreto define que a EaD organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para as avaliações de alunos, os estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente, a defesa de trabalhos de conclusão de curso e as atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso (GIEBELEN, 2011).

Na visão do autor supracitado, a rede mundial de computadores facilita a interatividade entre os agentes envolvidos e a possibilidade da comunicação multidirecional entre alunos e professores que enriquece a construção de conhecimentos, oferecendo, assim, uma educação de qualidade. De acordo com essa afirmação, podemos ratificar que a EaD está inserida em um novo paradigma educacional, em que a tecnologia aparece como uma ferramenta para que os interagentes possam construir o conhecimento coletivo, trocar informações e favorecer a convivência social, visando a formação de sujeitos críticos e autônomos.

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança no Trabalho, na modalidade a distância, parte do pressuposto que a EaD é uma estratégia teórico-metodológica e, nesse sentido, entende-se que esta pode propiciar a inclusão educacional, digital e social, onde a multiplicidade do hipertexto, do *link* e das janelas abertas nos convida à conexão das salas de aula com o mundo, oferecendo possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Além do mais, trata-se de um processo complexo, multifacetado, que inclui muitas pessoas, todas podendo reivindicar sua contribuição com o ensino.

2.1.1 Objetivos do curso

2.1.1.1 Geral

Formar profissionais com sólida formação teórica e prática, para atuar nas ações preventivas e corretivas através da aplicação de normas e princípios científicos, objetivando preservar a qualidade de vida dos trabalhadores e demais agentes envolvidos nos processos produtivos.

2.1.1.2 Específicos

- Investigar e aprofundar conhecimento de temas e problemas essenciais na área de segurança no trabalho;
- Utilizar conceitos científicos na resolução de problemas na área de segurança do trabalho;
- Capacitar o aluno para desenvolver ações educativas e corretivas na área de saúde e segurança do trabalho em diferentes contextos produtivos;
- Orientar o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva;
- Desenvolver a habilidade de comunicação nas formas escrita, oral e gráfica;
- Desenvolver a habilidade de trabalhar em equipe;
- Desenvolver a habilidade de pesquisar.
- Contribuir para formação de um cidadão criativo, útil, cooperador, responsável, racional e digno;
- Estimular o envolvimento do aluno com os problemas da comunidade em que está inserido;
- Aplicar os princípios da interdisciplinaridade no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem;

2.1.2 Perfil do egresso

O técnico em Segurança do Trabalho planeja, implanta, controla os sistemas de segurança laboral. Compõe equipes multidisciplinares em instituições, como membro do sistema de saúde e segurança do trabalho. Desempenha atividades de vistoria, avaliação e emissão de pareceres sobre a qualidade dos diversos processos e condições de trabalho. Sua atuação visa a qualidade de vida dos trabalhadores e do meio ambiente, por meio da

promoção da saúde, prevenção de acidentes, doenças do trabalho e acidentes industriais, com impacto sobre os ecossistemas.

2.1.3 Competências

O técnico em Segurança do Trabalho ao final do Curso deve constituir as seguintes **competências profissionais** da habilitação:

- Desenvolver uma visão holística das atividades desenvolvidas pelo técnico de segurança do trabalho, considerando o contexto social, a organização do trabalho e os aspectos éticos e multidisciplinares, necessários ao desempenho profissional;
- Comunicar-se eficientemente, promovendo a difusão do conhecimento na área de segurança do trabalho através da leitura de textos nacionais e internacionais e produção de textos técnicos;
- Utilizar ferramentas que possam viabilizar a busca de novos conhecimentos na área;
- Conhecer os aspectos relacionados ao ambiente organizacional, compreendendo as relações interpessoais envolvidas no contexto do trabalho;
- Realizar leitura de projetos e plantas baixas, bem como elaborar planos de ação em situações de emergência e de risco iminente à saúde do trabalhador;
- Atender e treinar pessoas para prestação de Primeiros Socorros às vítimas de acidentes de trabalho;
- Organizar e participar de programas de treinamento, cursos, campanhas, palestras, com objetivo de divulgar as Normas Regulamentadoras de Segurança no Trabalho;
- Desenvolver uma visão organizacional estratégica, promovendo a gestão integrada da Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança considerando requisitos dos processos de certificação, normas e procedimentos internos da organização;
- Conhecer e aplicar a legislação específica de Segurança no Trabalho e outras, identificando fontes e processos de degradação de ordem química, biológica, física, mecânica e ergonômica, e ainda, apontando e caracterizando situações de risco ao trabalhador e ao meio ambiente;
- Elaborar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle do Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil (PCMAT) e outros

relativos à área de saúde e segurança do trabalho;

- Identificar riscos, implementar ações de Segurança e Saúde do Trabalho, bem como avaliar a efetividade das políticas existentes por meio de indicadores e dados estatísticos;
- Avaliar as condições de trabalho e a carga física, mental e psíquica a que estão expostos os trabalhadores nas empresas, a fim de estabelecer a relação entre o homem e seu ambiente de trabalho e possibilitar a emissão de parecer técnico sobre os riscos existentes, bem como estabelecer ações para os desvios encontrados.

2.1.4 Possibilidades de atuação no mercado de trabalho

O técnico em Segurança no Trabalho pode desempenhar suas atividades profissionais junto a instituições públicas, empresas privadas, fabricantes e representantes de equipamentos de segurança.

2.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular deste Curso obedecerá às orientações emanadas pelo CNCT, pela legislação federal, que regula a educação profissional no Brasil e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB.

Em relação à legislação federal que regula a oferta de Cursos de Educação Técnica de Nível Médio, cumpre destacar, que a presente proposta está coerente com os seguintes textos legais:

- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: MEC/SEMTEC. Educação Profissional: legislação básica. Brasília, 1998. p. 19-48;
- Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004 - Regulamenta o §-2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º-9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. em 26/07/2004;
- CNE/CEB. Parecer n.º 15, de 2 de junho de 1998 - Regulamenta a base curricular

nacional e a organização do Ensino Médio. In: MEC/SEMTEC. Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio: bases legais. . V.1. Brasília, 1999. p. 87-184;

- CNE/CEB. Parecer n.º 16, de 26 de novembro de 1999 - Regulamenta as bases curriculares nacionais e a organização da Educação Profissional de nível técnico. In: MEC/SEMTEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. Brasília, 2000. p. 07-46;
- CNE/CEB. Parecer n.º 39, de 08 de dezembro de 2004 - Aplicação do Decreto n.º 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio;
- CNE/CEB. Resolução n.º 1, de 03 de fevereiro de 2005 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n.º 5.154/2004;
- CNE/CEB. Resolução n.º 3, de 26 de junho de 1998 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. In: MEC/SEMTEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: bases legais. V.1. Brasília, 1999. p. 175-184;
- CNE/CEB. Resolução n.º 4, de 26 de novembro de 1999 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. In: MEC/SEMTEC. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília, 2000. p. 47-95.

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional, essa proposta levou em consideração as decisões institucionais traduzidas nos objetivos, princípios e concepções descritos no referido documento que estabelece que a organização curricular dos cursos técnicos do IFPB, além de atender às demandas da sociedade, e estar em harmonia com seus objetivos e finalidades, deve articular o mundo acadêmico com o mundo do trabalho e da produção.

2.2.1 Estrutura curricular do curso

O currículo do curso em Segurança do Trabalho na modalidade a distância está estruturado em quatro semestres com carga horária de 1.310 horas sendo acrescidas 200 horas para a Prática Profissional Supervisionada (PPS), totalizando 1.510 horas.

O curso está organizado em torno dos seguintes eixos:

O Eixo da Formação Básica Para o Trabalho - objetiva integrar o aluno no campo da Segurança e Saúde do Trabalho de modo que possa articular suas expectativas sobre a profissão, com as possibilidades que ela oferece, visando seu desenvolvimento profissional.

O Eixo da Formação Técnica I - inclui competências essenciais voltadas para a fundamentação da prevenção de acidentes do trabalho e do meio ambiente. Inclui ainda, o planejamento de ações organizacionais, tendo em vista a promoção da integridade física e mental do trabalhador e a preservação do meio ambiente.

O Eixo da Formação Técnica II - prepara o aluno para identificar, prevenir e controlar os riscos ambientais e agentes ergonômicos, desenvolvendo competências voltadas à prevenção de doenças ocupacionais. Envolve também, competências necessárias à percepção da integração dos sistemas de gestão de qualidade, de meio ambiente, de segurança e saúde no trabalho.

O Eixo da Formação Técnica Aplicada - desenvolve as competências para a prevenção e controle de riscos, inerentes a segmentos específicos como construção, agropecuária, eletricidade, máquinas e equipamentos.

O Eixo da PPS - é transversal e busca integrar, os conhecimentos de todos os eixos de forma interdisciplinar. Essa prática profissional será realizada por meio do desenvolvimento de atividades integradoras, previstas em cada eixo de formação, possuindo carga horária de 20, 40, 60 e 80 horas para cada eixo, respectivamente, podendo tomar a forma de pesquisas individuais ou em equipe.

O curso foi estruturado de maneira a permitir a inter-relação entre as disciplinas dos Eixos e entre os Eixos. A abordagem interdisciplinar deverá ser utilizada tanto pelos professores, ao ministrarem suas disciplinas, como também através do desenvolvimento de atividades integradoras, realizados em todos os semestres.

As atividades integradoras têm por objetivo aplicar, ampliar e consolidar os conhecimentos adquiridos pelo aluno. A integração horizontal e vertical das disciplinas contemplará a estrutura curricular do curso. Na integração horizontal, a intenção será a de especificar um Tema e uma disciplina articuladora para cada Eixo, denominada de Disciplina Norteadora, que é a responsável pela integração das disciplinas e pela orientação principal da atividade, bem como disciplinas de apoio, conforme apresenta o Quadro 3.

Quadro 3 – Atividades integradoras

Eixos	CH	Semestre	Tema	Objetivos	Disciplina Norteadora	Disciplina(s) de Apoio
FORMAÇÃO BÁSICA PARA O TRABALHO	20	I	Condições de saúde e segurança nos ambientes de trabalho no Brasil	Reconhecer situações e agravos prevalentes em setores de atividades específicas e problemáticas que permeiam ações em saúde e segurança do trabalho no Brasil.	Introdução à Higiene e Segurança do Trabalho	Ética e Cidadania
FORMAÇÃO TÉCNICA I	40	II	Dimensões legais, organizacionais, socioambientais e da saúde na segurança do trabalho.	Realizar diagnóstico situacional em organizações ou setores de atividades produtivas relativas às condições de saúde e segurança do trabalho.	Segurança do Trabalho I	Introdução à Administração e Introdução à Legislação Ambiental
FORMAÇÃO TÉCNICA II	60	III	Antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais à saúde e segurança do trabalhador.	Reconhecer, avaliar e propor medidas de mitigação ou eliminação dos riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho.	Avaliação e Controle de Riscos Ambientais	Higiene Ocupacional, Ergonomia
FORMAÇÃO TÉCNICA APLICADA	80	IV	Atuação do profissional de segurança do trabalho no contexto local.	Aplicar os conhecimentos adquiridos durante o processo de formação em uma das possíveis áreas de atuação profissional.	Métodos de combate a incêndios e explosões	Segurança do trabalho em instalações elétricas; Segurança do trabalho no ambiente hospitalar; Segurança do trabalho na indústria; Segurança do trabalho no meio ambiente e agricultura; Segurança do trabalho na construção civil

A integração vertical (sistêmica), ou seja, entre os períodos que compõem a

estrutura curricular, acontece a partir do momento em que atividade integradora do eixo posterior está correlacionada à atividade do eixo anterior.

A concepção das atividades integradoras ficará sob a responsabilidade dos professores das disciplinas norteadoras e das disciplinas de apoio do eixo. O acompanhamento do desenvolvimento das atividades ficará sob a responsabilidade dos tutores.

A avaliação das atividades integradoras contará como avaliação parcial das disciplinas norteadoras e disciplinas de apoio sendo obrigatória para todos os alunos.

Prática Profissional Supervisionada (PPS)

A PPS é uma atividade curricular que procura associar um esquema acadêmico de alto nível a uma forte ênfase nas atividades práticas. Seu objetivo é ajudar os alunos a construir uma forma de pensar os problemas de segurança do trabalho a partir dos fundamentos científicos aplicáveis e desenvolvidos nas disciplinas deste curso, e por outro lado, viabilizar uma aprendizagem contextualizada e significativa, na medida em que os alunos adquirem conhecimentos acadêmico e prático-profissional de maneira concomitante.

A prática profissional será orientada, em cada semestre, pelo professor da disciplina norteadora e das disciplinas de apoio, contando com o suporte dos tutores presenciais e dos tutores a distância. O(s) professor(es) orientador(es) acompanhará(ão) a distância o andamento da prática, mas estará(ão) sempre disponível(is) para as necessidades que se apresentarem, para ajudar o aluno a resolver problemas e dificuldades que encontrar e não conseguir resolver sozinho.

Neste sentido, o papel do professor(es) orientador(es) é inserir o aluno nas multiplicidades das tarefas do exercício profissional. Nela, a aplicação de forma integrada dos conhecimentos aprendidos nas disciplinas acadêmicas constitui a base para o desenvolvimento e o aprendizado do aluno em ações de segurança no trabalho.

Ao final do 1º, 2º, 3º e 4º semestre, o aluno fará um relatório da sua vivência nas atividades de prática profissional. Esses relatórios, devidamente articulados e sintetizados, resultarão em um TCC, onde o aluno fará um balanço da sua aprendizagem, demonstrando que está apto para usar o conhecimento científico para resolver tarefas no mundo do trabalho. O TCC é indispensável para o aluno concluir este curso e será avaliado conforme as normas de avaliação estabelecidas neste projeto pedagógico.

2.2.2 Matriz curricular

A organização curricular deste curso **Técnico em Segurança do Trabalho** está estruturada em cinco eixos sequenciais, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Matriz curricular do curso

MATRIZ CURRICULAR			Carga Horária		
EIXOS					
PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA – PPS – 200h	20h	I Semestre	FORMAÇÃO BÁSICA PARA O TRABALHO	340	
			Introdução à Informática	60	
			Introdução à Higiene e Segurança do Trabalho	40	
			Inglês	60	
			Redação	60	
			Ética e Cidadania	60	
			Estatística Aplicada	60	
	40h	II Semestre	FORMAÇÃO TÉCNICA I	330	
				Segurança do Trabalho I	60
				Introdução à Administração	60
				Psicologia do Trabalho	60
				Metodologia da Pesquisa Científica	30
				Primeiros Socorros	60
				Desenho Técnico	60
	60h	III Semestre	FORMAÇÃO TÉCNICA II	340	
				Ergonomia	60
				Segurança do Trabalho II	60
				Introdução ao Direito	60
				Introdução à Legislação Ambiental	40
				Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho	60
				Prevenção e Combate a Sinistro	60
80h	IV Semestre	FORMAÇÃO TÉCNICA APLICADA	320		
			Controle Ambiental	60	
			Prevenção e Controle de Perdas	60	
			Higiene Ocupacional (Industrial)	60	
			Direito Aplicado à Segurança e Saúde no Trabalho	60	
			Instrumentação em Higiene Ocupacional	40	
			Saúde Ocupacional	40	
SUBTOTAL			1.330		
Prática Profissional Supervisionada			200		
CARGA HORÁRIA TOTAL			1.530		

2.2.3 Ementas

Eixo da Formação Geral

Disciplina:	Introdução à Informática
Carga horária:	60 h
Ementa:	Conceitos de Educação a Distância e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Ambiente virtual da aprendizagem. Conceitos básicos de informática: hardware e software. Introdução ao sistema operacional Microsoft Windows. Operações básicas com softwares para suítes de escritórios: editores de texto, planilhas eletrônicas e apresentações.
Bibliografia:	MANZANO & MANZANO. Estudo Dirigido de Informática Básica . Érica, 7ª edição, 2007 BATTISTI, Júlio. Windows XP – Curso Completo . Disponível em: http://www.juliobattisti.com.br/artigos-/windowsxp/principal.asp . Acessado em 31/08/2011. _____. Manuais do LibreOffice - Disponível em: http://pt-br.libreoffice.org/suporte/documentacao . Acessado em 31/08/2011.

Disciplina:	Introdução a Higiene e Segurança do Trabalho
Carga horária:	40 h
Ementa:	Definições básicas de Segurança do Trabalho. Acidente de trabalho. Normas regulamentadoras. Riscos ambientais. Mapas de riscos ambientais. Insalubridade e Periculosidade. CIPA. SESMT. Prevenção e combate a incêndios. Equipamentos de proteção individual e coletiva. Sinalização de segurança.
Bibliografia:	ARAÚJO, Wellington Tavares de. Manual de Segurança do Trabalho . Ed. DCL, 2010. ATLAS. <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 64 ed., Ed. Atlas, 2009.

Disciplina:	Inglês Instrumental
Carga horária:	60 h
Ementa:	Leitura e compreensão de textos em língua inglesa (vocabulário e sintaxe); estratégias e tipos de leitura (skimming, scanning, extensive, intensive); uso de dicionário e de gramática; falsos cognatos; organização da estrutura do texto e de suas ideias; estrutura das frases; leitura de anúncios e instruções (o brainstorming como recurso de compreensão de texto); leitura e análise de textos formativos e informativos (textos didáticos, charges, artigos); <i>different texts / different readings</i> .
Bibliografia:	COBUILD, Collins. Student's dictionary plus Grammar . London: Harper Collins Publishers, 2009. KOCH, Ingedore; ELIAS, Wanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2001. MACMILLAN. Essential dictionary for learners of american english . China: Macmillan, 2007. MIND TOOLS. Reading strategies . Disponível em: < www.mindtools.com/rdstratg.html >. Acesso em: 8 set. 2008. MURPHY, Raymond. English grammar in use . Cambridge: Cambridge university Press, 2004. OXFORD. Dicionário Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês inglês-português, português-inglês . China: Oxford University Press, 2005.

Disciplina:
Redação
Carga horária:
60h
Ementa:
Leitura e produção de textos; texto e gênero discursivo; os elementos da textualidade (coesão e coerência); as qualidades do texto escrito (clareza, concisão, correção lingüística, elegância); os gêneros discursivos (resumo, fichamento); noções básicas de produção textual; redação técnica e oficial (declaração, atestado, recibo, comunicado, ordem de serviço, e-mail, carta comercial, ata, exposição de motivos, parecer, aviso, memorando, ofício, requerimento, relatório).
Bibliografia:
ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência . São Paulo: Parábola, 2005. DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). Gêneros textuais e ensino . 4. ed. Rio de janeiro: Lucerna, 2005. GONÇALVES, H. de A. Manual de resumos e comunicações científicas . São Paulo: Avercamp, 2005. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. MACHADO, A. R. (Coord.) Resumo . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Leitura e produção de textos técnicos e científicos, 1). MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . São Paulo: Atlas, 2000. MENDES, G. F.; FORSTER JUNIOR, N. Manual de redação da Presidência da República . 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. SIGNER, R. Curso prático de redação e gramática . São Paulo: Sivadi Editorial, 2001.

Disciplina:
Ética e Cidadania
Carga horária:
60h
Ementa:
Ética e Cidadania: conceitos, bases históricas, filosóficas e epistemológicas. Ética e valores morais. Ética e sociedade globalizada. Responsabilidade e consciência ética. Trabalhos e códigos de Ética Profissional. Ética e tecnologia. Bioética. Desafio ético atual: democracia e direitos humanos no contexto da sociedade capitalista. Educação e Cidadania. Aspectos ideológicos e culturais para o exercício da Cidadania.
Bibliografia:
NOVAES, Adauto. Ética . São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006. SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional . São Paulo: Ed. Atlas, 2001. _____, Antônio Lopes de. Ética e Valores Humanos . Curitiba: Ed. Juruá, 2009.

Disciplina:	Estatística Aplicada
Carga horária:	60h
Ementa:	Conceitos básicos de matemática para cálculos estatísticos: Frações, números decimais, potenciação, radiciação, porcentagens e sistemas de medidas; Conceitos introdutórios básicos de estatística: População, amostra, variáveis, dados relativos e absolutos, tabelas, gráficos e seus elementos, interpretações gráficas. Conceitos básicos de excel: componentes e comandos básicos, construção de tabelas e gráficos usando o excel. Cálculo de médias e medidas de dispersão.
Bibliografia:	GIOVANNI, José Ruy, GIOVANNI Jr. José Ruy. Matemática: Pensar e Descobrir. 5ª a 8ª série. São Paulo: FTD. IEZZI, Gelson Osvaldo Dolce & MACHADO, Antonio. Matemática e realidade. 5ª a 8ª série. São Paulo: Ática. _____. Fundamentos de matemática Elementar – vol. 11 7ª Ed. – São Paulo: Atual, 2005. LIMA, Elon Lages (et al.). A Matemática no Ensino Médio/ Coleção do professor de matemática. 6 ed. – Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2006.

Eixo da Formação Técnica I

Disciplina:	Segurança do Trabalho I
Carga horária:	60h
Ementa:	Histórico, atos e condições inseguras, estudo do ambiente do trabalho, noção de proteção e combates a incêndios, serviço de segurança, esboço de mapas de riscos ambientais, equipamentos de proteção individual e coletiva, sinalização de segurança, produtos perigosos.
Bibliografia:	EDITORA SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. EQUIPE ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. 67ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011. GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Legislação - Segurança e Medicina do Trabalho. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Método, 2010.

Disciplina:	Introdução à Administração
Carga horária:	60h
Ementa:	O ambiente organizacional. Estrutura organizacional. Gestão de pessoas: o papel das pessoas nas empresas. A função do planejamento nas empresas. Diferenças entre os níveis de planejamento. Aspectos conceituais de empreendedorismo. Características dos empreendedores e desenvolvimento de negócios. Questões contemporâneas da gestão organizacional.
Bibliografia:	BATEMAN, T. S.; SNELL, S. S. Administração: construindo vantagem competitiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2008. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios . Rio de Janeiro: Campus, 2001.
ROBBINS, S. Fundamentos de Administração: conceitos essenciais e aplicações . São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Disciplina:
Psicologia do Trabalho
Carga horária:
60h
Ementa:
Psicologia e suas abordagens. Os processos grupais na construção social do homem. Trabalho: dimensões e características. Formas de organização do trabalho. Comportamento emocional e Trabalho. Contribuições da abordagem biopsicossocial para o mundo do trabalho. Respostas psicossomáticas no trabalho. Qualidade de Vida no Trabalho.
Bibliografia Básica:
LIMONGE-FRANÇA. A. C. Psicologia do trabalho : psicossomáticas, valores e práticas organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2008.
MOTA, M. C. Z. Psicologia Aplicada em Segurança do Trabalho : destaque nos aspectos comportamentais e trabalho em equipe da nova NR-10. São Paulo: LTr, 2007.
YVES, C. A Função Psicológica do Trabalho . Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
Bibliografia Complementar:
ARAÚJO, J. N. G. de; GOULART, M. I. M. Psicologia e Educação : universos em interação. In: SALGADO, M. U. C.; MIRANDA, G. V. (Org.). Veredas - Formação Superior de Professores . Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação, 2003, vol. 1, p. 122-151.
DEJOURS, C. A loucura do trabalho . São Paulo: Oboré, 1996.
HELOANI, R. Organização do Trabalho e Administração : uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez [s.d.], 1994.

Disciplina:
Metodologia da Pesquisa Científica
Carga horária:
60h
Ementa:
Conhecimento: tipologia, universo conceitual. Método: quantitativo e qualitativo, limites e possibilidades. Leitura e interpretação de textos: análise bibliográfica e documental. Elaboração de projetos. Roteiros de análise. Definições metodológicas: tipologia, universo, amostragem, seleção de sujeitos. Cronograma. Coleta de dados. Elementos da redação de trabalhos técnicos, administrativos e gerenciais. Normalização. Elaboração de documentos técnicos, administrativos e gerenciais.
Bibliografia:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira 14724 . Rio de Janeiro, 2011.
BAPTISTA, Makilim Nunes & CAMPOS, Dinael Corrêa de. Metodologias de Pesquisa em Ciências : análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010.
BARROS, Aidil de Jesus Paes de Barros & LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa : propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2010.
DEMO, Pedro. Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos . Brasília: Liber Livro, 2004.

Disciplina:	Primeiros Socorros
Carga horária:	60h
Ementa:	Conceituação de primeiros socorros, medidas de segurança e seus aspectos legais. Prestar atendimentos de primeiros socorros utilizando condutas adequadas a cada acidente, tais como: estado de choque, vertigens, desmaios, convulsões, hemorragias, ferimentos, fraturas, luxações, entorses, queimaduras, ressuscitação cardiopulmonar, corpos estranhos, intoxicação ou envenenamento, acidente com animais raivosos ou peçonhentos e afogamentos.
Bibliografia:	CHAPLEAU, W. Manual de emergências: um guia para primeiros socorros . Editora Elsevier, 2008. LACOMBE, G. Os primeiros socorros . Editora Piaget, 2000. SOUSA, L. M. M. Primeiros socorros – condutas técnicas . São Paulo: Iatria, 2010.

Disciplina:	Desenho Técnico
Carga horária:	60h
Ementa:	Projeções cilíndricas ortogonais. Normalização. Leitura e representação dos elementos fundamentais, ponto, reta e plano. Leitura e interpretação de desenhos técnicos: formatos de papel série A, escalas, linhas convencionais, vistas ortogonais; cotagem; perspectiva isométrica; Leitura de Projetos: o projeto arquitetônico, planta baixa.
Bibliografia:	BACHMANN, A. Desenho Técnico . Rio de Janeiro, Ed. Globo CREDER, Hélio. Instalações elétricas . São Paulo: Makron Books: 2002 ESTEPHANIO, Carlos. Desenho técnico: uma linguagem básica . Rio de Janeiro: 1994.

Eixo da Formação Técnica II

Disciplina:	Ergonomia
Carga horária:	60h
Ementa:	Introdução a Ergonomia. Aplicações da Ergonomia no Mundo do Trabalho. Fisiologia - Parte I. Fisiologia - Parte II. Introdução à Antropometria. Antropometria: Medidas. Biomecânica Ocupacional - Parte I. Biomecânica Ocupacional - Parte II. Controles e Manejos. Norma Regulamentadora N° 17 (NR-17). Anexos I e II da NR-17. Tópicos Especiais: OWAS, Equação do NIOSH e Método RULA. Posto de Trabalho. Processos Cognitivos. Abordagem da Ergonomia na Síndrome de Burnout.
Bibliografia:	ALBALADEJO, R. et al. Síndrome de Burnout em el personal de enfermería de um hospital de Madrid . Rev. Esp. salud publica, v. 78, n. 04, p. 505 – 516. 2004. ALENCAR, MC ; GONTIJO, LA ; ROTHENBUHLER,R. Um enfoque ergonômico sobre o trabalho no setor de engarrafamento de uma fábrica de bebidas : estudo de caso. Reabilitar 19 :42-48. 2003 . AMORIM, C. et al. A Síndrome de Burnout: modelos teóricos e avaliação . Anais do VII Encontro Regional Sul da ABRAPSO. Curitiba, 18-20 Set, p. 69-98, 1998. AMORIM, C.; TURBAY, J. Qualidade de vida no trabalho e síndrome de burnout . Anais do VII

- Encontro Regional Sul da ABRAPSO. Curitiba, 18-20 Set, p. 70-98, 1998.
- BARREIRA, T. H. C. **Um enfoque ergonômico para as posturas de trabalho**. Rev Bras Saúde Ocup, v. 17, n. 17, p. 61-71, 1989.
- BITTAR, ADS; COSTA, CC; MONTINI, D; SOUZA, DV; LOPES, J; BESSA, R; BAZO, ML. **Influência da intervenção ergonômica e o exercício físico no tratamento do estresse ocupacional**. Reabilitar 24: 35-34. 2004.
- BORGES, L. O. et al. **A Síndrome de Burnout e os Valores Organizacionais**: Um Estudo Comparativo em Hospitais Universitários. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 15, n. 01, p. 189-200. 2002.
- CARLOTTO, M. S. **A Síndrome de Burnout e o trabalho docente**. Psicologia em estudo, Maringá, v. 07, n. 01, p. 21-29, Jan./ Jun. 2002.
- CARVALHO, F. A. **A exaustão docente**: subsídios para novas pesquisas sobre a Síndrome de Burnout em professores. 2002. 50 f. Monografia de especialização- Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CHERNISS, C. **Beyond burnout**. New York: Routledge, 1995.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Oboré. 1994.
- FAYOS, E. G.; SOLER, C.L.; MONTALVO, C. G. **El síndrome del burnout y su evaluación**: uma revisión de los principales instrumentos de medida. Revista del Depto. de Personalidad, Evaluación y Tratamiento Psicológicos. v.30, n. 01, p. 159-165. Valencia, 1994.
- FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho**: guia básico com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 1997.
- FREUDENBERGER, H. **Staff burnout**. Journal of Social Issues, 30 (1), 159-165, 1974.
- GALLEGO, E. A.; RIOS, L. F. **El síndrome de "Burnout" o el desgaste profesional**. Revista Assoc. Esp. Neuropsiquiatria, v. 11, n. 39, p. 257-265. 1991.
- GARCIA, L.P. et al. **Investigando o Burnout em professores universitários**. Revista electronica Interação Psy. v. 01, n. 04, p. 76-89, Ago. Maringá, 2003.
- GIRLING, B; BIRNBAUM, R. **An ergonomic approach to training for prevention of musculoskeletal stress at work**. Physiotherapy, v. 74, n. 9, p. 479-83, 1988.
- GROSS, C. M.; FUCHS, A. **Reduce musculoskeletal injuries with corporated ergonomics program**. Occup Health Saf, v. 59, n. 01, p. 28-33, 1990.
- JACQUES, M.G.C. **Identidade e trabalho**: uma articulação indispensável. São Paulo: Autores Associados, p.21-26. 1996.
- JARDIM, S. R., SILVA FILHO, J. F. & RAMOS, A. O diagnóstico de burnout na atenção em saúde mental dos trabalhadores. In R. ARAÚJO, M. F. ALBERTO, M. Y. NEVES & M. ATHAYDE (orgs.), **Cenários do trabalho**: subjetividade, movimento e enigma (pp. 73-87). Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- JIMENEZ, B. J.; PUENTE, C. P. **Prevención y control del estrés laboral**. Ansiedad y Estrés, v. 01, n. 02-03, p. 255-264. 1995.
- KARASEK, JA; BAKER, D; MAXER, F; AHLBOM, A; THEÖRELL, T. **Job decision latitude, job demands, and cardiovascular disease**: a prospective study of Swedish men. American Journal of Public Health. 71(7): 694-705. 1981;
- KARASEK, RA. **Job Content Questionnaire and User's Guide**. University of Massachusetts 1985.
- _____. **Job demand, job decision latitude, and mental strain: implications for job redesign**. Administrative Science Quarterly 24: 285-308. 1979;
- KONOPATZKI, AC; CAMPOS, AT; MARTINS, C. **Massoterapia na prevenção das complicações do stress**. Fisioterapia em movimento. 14(1): 35-43.2001.
- LAUTERT, L. **O desgaste profissional: uma revisão da literatura e implicações para a enfermeira**. Rev. Gaúcha Enfermagem, v. 18, n. 02, p. 83-93. 1997.
- LEINO P. **Symptoms of stress predict musculoskeletal disorders**. J Epidemiol Commun Health, v. 46, p. 293-300. 1989.
- MAREK (Orgs.), **Professional burnout**: recent developments in theory and research (pp. 19-32). Philadelphia: Taylor & Francis, 1993.
- MARTINEZ, J.C. A. **Aspectos epidemiológicos del síndrome de Burnout em personal sanitario**. Revista Esp.salud publica. v. 71, n. 03, p. 293-303. Guadalabara, 1997.
- MARTINS, CO; DUARTE, MFS. **Efeitos da Ginástica Laboral em servidores da Reitoria da UFSC**. Revista Bras Ciên e Mov. 8 (4): 07-13. 2000.
- MASLACH, C. & JACKSON, S. **The measurement of experienced burnout**. Journal of Occupational Behaviour, 2, 99-113, 1981.
- _____. **C. Burnout**: a multidimensional perspective. In: W. SHAUFELI, C. MASLACH & T. _____, SHAUFELI, W. & LEITER, M. Job burnout. Annual Review of Psychology, 52, 397-422, 2001.
- _____. **C.The client role in staff burnout**. Journal of Social Issues, 34 (4), 111-124, 1978.
- MATAMOROS, M. B. El Síndrome del Burnout en personal profesional de la salud. Méd. leg. Costa Rica, v. 13-14, n. 02-01, Nov. 1997.

MILLENDER, LH; LOVIS, DS; SIMMONS, BP. **Occupational disorders of the upper extremity**. New York: Church Livingstone, 1992.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Ministério da Saúde, p. 580. Brasília, 2001.

ODORIZZI, C. M. A. **Síndrome de Burnout**: Resposta inadequada a um estresse emocional crônico. *Revista do professor, Porto Alegre*, v. 11, n. 43, p. 44–45, Jul/ Set, 1995.

PEIRÓ, J. M. **Psicología de la organización**. Madrid: Uned. 1986.

PEREIRA, A. N. **Burnout quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

PHILLIPS, J.R. **Faculty burnout**. *American Journal of Nursing*, v. 09, p.1525-1526. 1984.

PIMENTEL, GGA. **A ginástica laboral e a recreação nas empresas como espaço de intervenção da educação física no mundo do trabalho**. *Corpo Consciência*, 3: 57-70, 1999.

PINES, A. & ARONSON, E. **Career burnout: causes and cures**. New York: Free Press, 1988.

RAMÍREZ, S. C. **El síndrome de “Burn Out” o síndrome de agotamiento profesional**. *Méd. leg, Costa Rica*, v. 17, n. 02, Mar. 2001.

RANIERE, TM. **Prevention of cumulative trauma injuries**. *AAOHNJ*, v. 37, n. 6, p. 221-4, 1989.

RODGHER, S; COURY, HJC; SANDE, LAP. **Controle de desconfortos posturais em indivíduos que trabalham sentados**: Avaliação da eficácia de um programa Audio- Visual. *Revista Bras Fisiot 1(1)*: 21-27. 1996.

SCHWARTZMANN, L. **Estrés laboral, Síndrome de desgaste (quenado), depresión: estamos hablando de lo mismo?**. *Ciência e Trabalho*, v. 02, n. 14, p. 174-184, Out/ Dez. 2004.

SELIGMANN - SILVA, E. **Psicopatologia do trabalho**. In R. MENDES (Org.), **Patologias do trabalho** (pp. 289-310). São Paulo: Ateneu, 1996.

SILVA, G. N.; CARLOTTO, M. S. **Síndrome de Burnout**: Um estudo com professores da rede pública. *Psicol. esc. Educ.*, v.07, n.02, p. 145-153, Dez. 2003.

TARIS, T., LE BLANC, P., SHAUFELI, W. & SCHREURS, J. **Are there relationships between the dimension of the Maslach Burnout Inventory? A review and two longitudinal test**. *Work & Stress*, 19 (3), 238-255, 2005.

VOLPATO, D. C. et al. **Burnout**: O desgaste dos professores de Maringá. *Revista electronica Interação Psy*. v. 01, n.01, p. 90-101, Ago. Maringá, 2003.

WESTGAARD, R. **The effect of improved workplace design on the development of workrelated musculo-skeletal illnesses**. *Appl Ergon*, v. 16, p. 91-97. 1985.

WICK, J. L. **The role of ergonomics in the elimination and prevention of work – related musculoskeletal problems**. *Orthop Nurs*, v. 08, n. 01, p. 41-2, 1989.

Disciplina:	Segurança do Trabalho II
Carga horária:	60h
Ementa:	Trabalhos a Céu Aberto. Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Espaço Confinado. Explosivas. Líquidos e Combustíveis Inflamáveis. Segurança em Caldeiras e Vasos de Pressão. Sinalização de Segurança do trabalho. Resíduos Industriais. Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
Bibliografia:	<p>ABNT. NR – 18 Obras de construção, demolição e reparos IN: ____ . Legislação de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho; lei 6514 de 22.12.77 e portaria 3214 de 8.6.78.p. 199-223.</p> <p>_____. Segurança na execução de obras e serviços de construção; NBR – 7678, Rio de Janeiro, 1983. 111p.</p> <p>_____. NBR nº 14.787 Espaço Confinado – Prevenção de acidentes, procedimentos e medidas de proteção. São Paulo: ABNT. 2001.</p> <p>_____. NBR 10.004: Resíduos Sólidos classificação.</p> <p>_____. NBR 10.007: Amostragem de resíduos procedimento.</p> <p>Ambiente Brasil, disponível em: http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=residuos/index.-php3&conteudo=../residuos/artigos.html. Acesso em: 04 jan. 2010.</p> <p>Apliquim, disponível em: http://www.apliquim.com.br/noticias/20040627.html. Acesso em: 10 dez. 2009.</p> <p>ARAÚJO, G. M de. Legislação de Segurança e Saúde Ocupacional. Rio de Janeiro: GVC, 2008. 2 ed.</p>

- _____. **Regulamentação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos**. Rio de Janeiro: GVC, 2008. 2 ed.
- ARAÚJO, G. M de. **Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional**. Rio de Janeiro: GVC, 2008. 2 ed.
- BELK, Samuel. **Instruções programadas de segurança para construção civil**. São Bernardo do Campo, I. Rossi, 1976. P 37-40;50-2, 239-55.
- BRASIL, Ministério do Trabalho, Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho. NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – **Portaria n° 4**, de 04/07/95 – D.O.U. de 07/07/95 – Alteração pela portaria n.º 20, de 17 de Abril de 1998.
- _____. Ministério do Trabalho, Secretaria de Segurança e Medicina no Trabalho. NR-10 Instalações e serviços em eletricidade. In: _____ **Legislação de Segurança, higiene e Medicina do trabalho**; lei 6514 de 22.12.77 e portaria 3214 de 8.6.78.p 79-83.
- _____. **Norma Regulamentadora. NR n°33** – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados – Brasília: Ministério do Trabalho. 1978.
- _____. **Portaria n° 3.214**, de 08.06.78. Brasília: Ministério do Trabalho. 1978.
- CAVALCANTI, J. E. **A década de 90 é dos resíduos sólidos**. Revista Saneamento Ambiental – n° 54, p. 16-24, nov./dez. 1998. Acesso em 05 jan. 2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FUNDACENTRO. **Engenharia de Segurança do Trabalho na Indústria da Construção**. Ministério do Trabalho e Emprego: Brasília, 2001.
- _____. **Recomendações Técnicas de Procedimentos** – RTP – 1999 Instalações Elétricas em Canteiros de Obras – 1989. 6. BRASIL, Ministério do Trabalho, Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho.
- _____. **Recomendações Técnicas de Procedimentos** – RTP – 1999. Escavações, fundações e desmonte de rochas – 2002.
- FURSTENAU, Eugênio Erny. **Segurança do Trabalho**. Rio de Janeiro: ABPA, 1985.
- GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no Trabalho**. São Paulo: LTR, 2000.
- _____. **Manual de segurança e saúde no Trabalho**. São Paulo: LTR, 2000.
- GROSZEK, F. **A deficiência na fiscalização**. Revista Saneamento Ambiental – n° 54, p. 16- 24, nov./dez. 1998. Acesso em 05 jan. 2010.
- HANDAR, Zuher. **Manual Técnico de caldeiras e vasos de pressão**. Brasília: MTE, SSST, 1996.
- LERIPIO, A. A. Gerenciamento de resíduos. Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/~lgqa/Coferecidos.html> Acesso em: 11 out. 2009.
- MINISTÉRIO DE TRABAJO Y ASSUNTOS SOCIALES. **Trabajo sem Espacios Confinados**. Madrid: Instituto Nacional de Seguridad Higiene em El Trabajo. 2005.
- OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. **Proteção Jurídica a Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: LTR, 2002.
- PANPALON, Gianfranco. **Trabalho e altura prevenção de acidentes por quedas**. Ministério do Trabalho e Emprego: Brasília, 2002.
- PETIT, T; LINN, H. **A Guide to Safety in Confined Spaces**. Washington: NIOSH. Government Printing Office. 1987.7
- SALIBA, Tuffi Messias. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. São Paulo: LTR, 2008. 2 ed. Sindicato dos Metalúrgicos: Vítimas dos Ambientes de Trabalho. São Paulo, 2000.
- TONDOWSKI, L. **O cuidado com as soluções “criativas”** Revista Saneamento Ambiental – n° 54, p. 16-24, nov./dez. 1998. Acesso em 05 jan. 2005.

Disciplina:	Introdução ao Direito
Carga horária:	60h
Ementa:	o direito enquanto função social. A Ciência do Direito. A Constituição Federal de 1988: Conceito e Princípios. Os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. O Ordenamento Jurídico Brasileiro: Organização e Processo Legislativo. O Ordenamento Jurídico Brasileiro: Organização e Processo Legislativo. Introdução e Princípios do Direito do Trabalho. Contratos de Trabalho: Conceitos e Espécies. Empregado e Empregador: Conceito e Espécies. Direito Previdenciário: Noções Gerais sobre Sistema Previdenciário Brasileiro. Noções de Direito Processual. Noções de Direito Processual do Trabalho.

Medicina e Segurança no Trabalho.
Bibliografia:
<p>ALMEIDA, Amador Paes de. <i>Curso prático de processo do trabalho</i>. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.</p> <p>ANGHER Anne Joyce (Org.). Vade Mecum universitário de direito. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2008.</p> <p>ANGHER, Anne Joyce (Org.). Vade Mecum universitário de direito. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2008.</p> <p>BARBOSA, Osmar. Grande dicionário de sinônimos e antônimos. 13. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.</p> <p>CARRION, Valentim. Comentários à consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>EMILIANO, Eurípedes de Oliveira. As ações afirmativas e a concretização do direito fundamental da igualdade. 2008. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11296>. Acesso em: 1 set. 2009.</p> <p>FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.</p> <p>FIÚZA, César. Direito civil: curso completo. 9. ed. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2006.</p> <p>GOMES, Luiz Flávio. Normas, regras e princípios: conceitos e distinções. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7527>. Acesso em: 31 ago. 2009.</p> <p>GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. Dicionário Jurídico. 1ª ed. – São Paulo: Reideel, 1997.</p> <p>GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.</p> <p>HARVATH JÚNIOR, Miguel. Direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2004.</p> <p>IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito: coleções a obra-prima de cada autor. São Paulo: Editora Martin Claret.</p> <p>LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 11. ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora Método, 2007.</p> <p>MAIA, Juliana (Org.). Aulas de direito constitucional de Vicente Paulo. 9. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.</p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. <i>Direito processual do trabalho</i>. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>MONTEIRO, Marcos Antonio Correia. O futuro dos direitos fundamentais: a necessidade de sua efetivação. 2008. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10938>. Acesso em: 1 set. 2009.</p> <p>MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>MOTTA FILHO, Sylvio Clemente da; SANTOS, Willian Douglas Resinente dos. Direito Constitucional: teoria, jurisprudência e 1000 questões. 13. ed. rev. ampl e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.</p> <p>NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.</p> <p>NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Introdução ao direito do trabalho. 28. ed. São Paulo: Ltr, 2002.</p> <p>NASCIMENTO, Walter Vieira do. Lições de história do direito. 12. ed. rev. E aum. Rio de Janeiro: Forense, 2000.</p> <p>SANTOS, Marcos André Couto. O direito como meio de pacificação social: em busca do equilíbrio das relações sociais. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4732>. Acesso em 29 maio 2008.</p> <p>SIDOU, J. M Othon. Dicionário jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.</p> <p>SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 16. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.</p> <p>SILVA, Ronaldo Sérgio Moreira da. A ciência do direito. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9247>. Acesso em: 21 ago. 2009.</p> <p>VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v 1.</p>

Disciplina:	Introdução à Legislação Ambiental
Carga horária:	40h
Ementa:	Política Nacional do Meio Ambiente. Legislação específica. Estudo de impacto ambiental. Política Nacional de Recursos Hídricos e o Programa Nacional de Controle da Qualidade do ar.
Bibliografia:	

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **A ANA na Gestão das Águas**. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/gestaoRecHidricos/Outorga/default2.asp> Acesso em: 30 mar. 2010.

BBC BRASIL. **Acordo de Copenhague**. Disponível em: <<http://newsforums.bbc.co.uk/ws/pt/thread.jspa?forumID=10761>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/_Constitui%C3%A7%C3%A3oCompilado.htm> Acesso em: 30 mar. 2010.

_____. **Cartilha de licenciamento ambiental**. Tribunal de Contas da União; com colaboração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2. ed. Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.

_____. **LEI n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6938compilada.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

_____. **LEI n. 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Código Florestal Brasileiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771compilado.htm. Acesso em 30 mar. 2010.

_____. **LEI n. 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9433.htm>. Acesso em: 30 mar. 2010.

_____. **LEI n. 9.605**, de 12 de fevereiro DE 1998. Lei de Crimes Ambientais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9605.htm>. Acesso em 30 mar. 2010.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução n. 237**, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso em: 30 mar. 2010

_____. **Resolução n. 005** de 1989. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=81>. Acesso em: 30 mar. 2010.

_____. **Resolução n. 003** de 1990. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res90/res0390.html>. Acesso em: 30 mar. 2010.

FOLHA ON LINE. **Protocolo de Kyoto prevê redução de emissão de gases estufa**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u9263.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. **Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental Federal**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>> Acesso em: 30 mar. 2010.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Sistema de manutenção, recuperação e proteção da reserva florestal legal e áreas de preservação permanente**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=287>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

PROCHNOW, Miriam. **Matas Legais (Org.). Planejando Propriedades e Paisagens**. Rio do Sul: APREMAVI, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL. **Outorga de Uso de Recursos Hídricos**. Disponível em: <http://www.suderhsa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>. Acesso: em 30 mar. 2010.

UNIVERSO AMBIENTAL. **Introdução ao Controle da Poluição Atmosférica**. Disponível em: <http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_1er.php?canal=5&canallocal=6&canalsub2=16&id=44>. Acesso em: 30 mar. 2010.

Disciplina:	Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho
Carga horária:	60h
Ementa:	Gerenciando a Saúde e a Segurança Ocupacional. Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho e Normas de SSO. Sistema de Gestão de SSO: Requisitos 4.1 e 4.2. Sistema de gestão de SSO OHSAS 18001:2007: Mapeamento de processos, identificação de perigos, avaliação de riscos e determinação de controles. Sistema de gestão de SSO OHSAS 18001:2007: Requisitos legais, objetivos, metas e programas de SSO. Sistema de gestão de SSO OHSAS 18001:2007: recursos, responsabilidades, autoridades, treinamento, conscientização e competência e comunicação. Sistema de gestão de SSO OHSAS 18001:2007: Documentação, Controle de documentos, controle operacional e prontidão e resposta a emergências. Sistema de gestão de SSO OHSAS 18001:2007: Monitoramento e medição do desempenho, avaliação do atendimento aos requisitos, investigação de incidente, não-conformidade, ação corretiva e ação preventiva, auditorias internas e análise crítica pela Direção.
Bibliografia:	

- ARAUJO, G.M. **Sistema de gestão de SSO OHSAS 18001:2007 e OIT SSO/2001 Comentado e Comparado**. 2ª edição. Rio de Janeiro: GVC, 2008
- _____. **Legislação de saúde e segurança ocupacional**. 1 ed. Rio de Janeiro: Gerenciamento verde Editora e Livraria Virtual, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO19011:2002**: diretrizes para auditorias de sistema de gestão. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR ISO9001**: sistema de gestão da qualidade – requisitos. Brasil, 2008.
- BENITE, A.G. **Sistema de Gestão de saúde e segurança no trabalho para empresas construtoras**. São Paulo, 2004. Dissertação (mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de construção civil.
- BITENCOURT, C. L.; QUELHAS, O.L.G. **Histórico da evolução dos conceitos de segurança**. Disponível em < http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART369.pdf>. Acesso em Fev.2011.
- BRITISH STANDARDS INSTITUTION. **Occupational health and safety management system – specification BSI OHSAS 18001**, London, 2007.
- BRITISH STANDARDS INSTITUTION. **OHSAS 18001: Occupational health and safety management system – specification BSI**. London, 2007.
- CARVALHO, F.C.V. da S.P.M. **Avaliação de risco: estudo comparativo entre diferentes métodos de avaliação de risco, em situação real de trabalho**. 2007.167f. Dissertação (Ergonomia na segurança do trabalho) – Universidade técnica de Lisboa. Faculdade de motricidade humana. Lisboa, 2007.
- CERQUEIRA, J.P. de. **Sistemas de gestão integrados: ISO9001, NBR16001, OHSAS 18001, ISO14001 e SA8000**: conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- CERQUEIRA, J.P; MARTINS, M.C. **Auditorias de sistemas de gestão**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à TGA – Edição compacta**. 3ª Ed. São Paulo: Campus, 2004.
- DIAS, E.E.P. **Análise de metodologia de melhoria de processos: aplicações a indústria automobilística**. Niterói/RJ, 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense.
- DONALD, R.D.M. **Proposição de um método integrado de levantamento e aspectos / impactos ambientais e riscos à saúde e segurança do trabalho: um estudo de caso do setor têxtil**.2008.149f. Dissertação (Ciência e tecnologia ambiental) – Universidade do Vale do Itajai. Itajai/SC, 2008.
- FPNQ – Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade – Critérios de Excelência 2010. Disponível em < [WWW.fpnq.org.br](http://www.fpnq.org.br)> Acesso em dezembro de 2010.
- KELLER, K.L. KOTLER, P. **Administração de marketing**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Pearson/Prentice Hall, 2006.
- LOPES, R. e MICHEL, M. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis – São Paulo**, ano V, n.9. Maio de 2007.
- PANTALEÃO, S.F. **Cargos e salários: planejamento que traz benefícios e retêm os empregados**. Disponível em < http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/cargos_e_salarios.htm> . Acesso em Jan.2011.
- PESSOA, G. A. **PDCA: Ferramentas para excelência organizacional**. (Apostila). São Luís: FAMA, 2007. Disponível em < <http://gerisval.blogspot.com/2010/12/serie-ferramentas-de-gestao-diagrama-de-31.html>>. Acesso em fev.2011.
- RAMOS, P.P. **Os instrumentos de comunicação interna como ferramenta estratégica na relação coordenação x aluno: um estudo de caso sobre o curso de administração do CEFET-BA**. Salvador: 2004.
- SEIFFERT, M.A.B. **Sistemas de gestão ambiental e de saúde e segurança ocupacional: vantagens da implantação integrada**. São Paulo: Atlas, 2008
- SILVA, R. A. S. DA. **Implantação de sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho baseado na OHSAS 18000**: para empresas construtoras de edificações verticais. Aracaju, 2008. Monografia (especialização) – Faculdade de administração e negócios de Sergipe – FANESE. Núcleo de pós-graduação e extensão (NPGE). Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/3480874/Engenharia-de-Seguranca-OHSAS-18000>>. Acesso em fev.2011
- SLACK, N. **Administração da produção**. Tradução: Maria Teresa Correa de Oliveira, Fábio Alher; revisão técnica Henrique Luiz Correa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SOUZA, I.A.M. DE. **A calibração de instrumentos de medições topográficas e geodésicas: a busca pela acreditação laboratorial**. São Carlos, 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos. Disponível em < www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18143/tde...161303/.../IaraAlves.pdf> Acesso em fev. 2011.
- UNIMED. Manual de comunicação externa do sistema UNIMED. Disponível em < www1.unimed.com.br/portal/download/.../ComunicacaoExterna.doc>. Acesso em Jan.2011.
- VALENTIM, M. **Planejamento tático**. Marília/SP, 2008. Notas de aula.

Disciplina:	Prevenção e Combate a Sinistros
Carga horária:	60h
Ementa:	Conceitos Básicos de Combate a Incêndio. Situações de Risco. Classes de Incêndio. Métodos de Extinção. Agentes Extintores. Instalações Contra Incêndio. Utilização de Extintores Móveis. Utilização de Extintores Fixos.
Bibliografia:	AQUINO, Laurêncio Menezes de. Proteção contra incêndios, explosão e pânico I e II . Natal: UnP/RN, 2007 (Apostila do Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho). AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão de. Tecnologia de prevenção e combate aos sinistros . Recife: CEFET/PE, 1992. BIDIN, João. Extintores: Princípios Gerais, Nomenclatura, Inspeção, Manutenção . 2.ed. São Paulo: Ivan Rossi, 1976. CEFET/RN, 2007. Apostila do Curso Técnico em Segurança do Trabalho. DINIZ, Marcus Alexandre. Tecnologias de prevenção e combate a sinistros . Natal: FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Segurança do trabalho: Prevenção e Controle de Perdas . Natal: Setor Gráfico do CEFET, 1991. GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança no trabalho: Manual de Segurança e Saúde no Trabalho . 3.ed. São Paulo: LTr, 2006. RODRIGUES, José Lourenço. Tecnologia de prevenção e combate a sinistros: Uma Abordagem para o Curso de Formação de Técnicos em Segurança do Trabalho . Recife, 1976. SILVA, Oswaldo Cardoso. Incêndio e desocupação de prédio . São Paulo, 1990. www.areaseg.com. Acesso: 02 junho 2007. www.areaseg.com. Acesso: 02 out 2009. www.cbmrj.rj.gov.br. Acesso: 13 dezembro 2009 www.ficruz.br. Acesso: 03 julho 2009. ZOCCHIO, Álvaro. Prática de prevenção de acidentes: ABC de Segurança do Trabalho . 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Eixo da formação técnica aplicada

Disciplina:	Controle Ambiental
Carga horária:	60h
Ementa:	Conhecer as principais características relacionadas aos processos de gestão e controle da saúde, da segurança e do meio ambiente. Identificar os principais aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Analisar nas normas regulamentadoras (NR) e Normas brasileiras (NBR) quanto aos principais aspectos que regem a segurança, saúde e meio ambiente, na busca de desenvolvimento, através de melhorias contínuas e responsabilidade social.
Bibliografia:	PHILIPPI Jr. Arlindo (Ed.). Saneamento, saúde e ambiente: fundamento para um desenvolvimento sustentável . Barueri-SP: Manole, 2005. (Col. Ambiental) BERTÉ, Rodrigo. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa nas Instituições . Curitiba: Ed. do autor, 2007. BRASIL. Manual de Saneamento . 4 ed. Brasília: FUNASA, 2006. BRUDEKI, Nelson Martins. Gestão de Serviços Públicos Municipais . Curitiba: Ibpx, 2007. BERNARDI, Jorge Luiz. A organização Municipal e a Política Urbana . Curitiba: Ibpx, 2007.

Disciplina:	Prevenção e Controle de Perdas
Carga horária:	60h

Ementa:
Introdução ao Prevençionismo. Custos dos Acidentes e Controle das Perdas. Sistema Convencional de Análise de Acidentes. Avaliação Total das Perdas. Segurança Patrimonial e Inspeção de Segurança. Permissão de Trabalho. Análise de Segurança do Trabalho. Observação Planejada do Trabalho. Análise de Riscos. Prevenção e Controle de Perdas. Série de Riscos e Análise Preliminar de Riscos. Técnica de Incidentes Críticos e de Análise de Modos de Falhas e Efeitos. Técnica de Análise de Árvore de Falhas. Confiabilidade.
Bibliografia:
BARBOSA FILHO, A. N. Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental . São Paulo: Atlas, 2008. DE CICCIO, F. e FANTAZINNI, M. Introdução à Engenharia de Segurança de Sistemas . São Paulo: Fundacentro, 2008. FIGUEIREDO JÚNIOR, J.V. Prevenção e controle de perdas: abordagem integrada . Natal: IFRN Editora, 2009. JUNIOR, W. P. Gestão da Segurança e Higiene do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2010. TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho . São Paulo: Ed. Senac, 2006.

Disciplina:
Higiene Ocupacional (Industrial)
Carga horária:
60h
Ementa:
Ruídos, vibrações e pressões anormais, sobrecarga térmica, transmissão de calor, critérios de avaliação de calor e frio, radiações ionizantes, radiofrequência, medidas de radiação ionizante e não-ionizante, radiação ultra-violeta, radiação infra-vermelha, iluminação do ambiente de trabalho. Princípios técnicos padronizados nacionalmente e internacionalmente, que sustentam a ciência da Higiene Ocupacional.
Bibliografia:
SALIBA, Tuffi Messias. Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional . 4. ed. São Paulo: LTr, 2011. _____, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e Periculosidade: aspectos técnicos e práticos . 10. ed. São Paulo: LTr, 2011. _____, Tuffi Messias. Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído: PPRA . 5. ed. São Paulo: LTr, 2009. _____. Manual Prático de Avaliação e Controle de Calor: PPRA . 3. ed. São Paulo: LTr, 2010. _____. Manual Prático de Avaliação e Controle da Vibração: PPRA . 1. ed. São Paulo: LTr, 2009. _____. Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira e Outros Particulados: PPRA . 4. ed. São Paulo: LTr, 2010. _____. CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Manual Prático de Avaliação e Controle de Gases e Vapores: PPRA . 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.

Disciplina:
Direito Aplicado à Segurança e Saúde no Trabalho
Carga horária:
60h
Ementa:
Direitos Constitucionais Relacionados à Segurança e Saúde dos Trabalhadores Urbanos e Rurais. Segurança e saúde do trabalho na CLT. Segurança do Trabalho no Direito Previdenciário. Aspectos Jurídicos das Seguintes Normas Regulamentadoras da Segurança e Saúde do Trabalho – 1a Parte. Aspectos Jurídicos das Seguintes Normas Regulamentadoras da Segurança e Saúde do Trabalho – 2a Parte.
Bibliografia:
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional . 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília: Senado Federal, 1988. BULOS, Uadi Lâmega. Constituição Federal Anotada , 4a Edição. São Paulo: Saraiva, 2002. GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança e saúde no trabalho . 4a Edição. São Paulo. LTr Editora, 2008. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2002. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional . São Paulo: Atlas, 2008.
TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito Previdenciário . 10. ed. São Paulo: Editora Lumen Juris, 2008.

Disciplina:
Instrumentação em Higiene Ocupacional
Carga horária:
40h
Ementa:
Introdução a Gestão de Segurança do Trabalho. Introdução à Higiene Ocupacional. Iluminação. Temperaturas Extremas. Vibrações. Radiações Não-Ionizantes. Agentes Químicos.
Bibliografia:
MESSIAS, TUFFI. Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA: Avaliação e Controle dos Riscos Ambientais . 4 Ed. São Paulo: Editora LTR, 2013
BREVIGLIERO , E., POSSEBON, J., SPINELL , R. Higiene Ocupacional - Agentes Biológicos, Químicos e Físicos . 6 Ed. São Paulo: Editora Senac, 2006.
MIGUEL , A. S. S. R. Manual de Higiene e Segurança do Trabalho . 12 Ed. São Paulo: Porto Editora, 2012.
Portal Fundacentro: http://www.fundacentro.gov.br/
MESSIAS, TUFFI. Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional . 4 Ed. São Paulo: Editora LTR, 2013.
DELMÉE , B., BULGARELLI , C., FINKEL , K. Instrumentação Industrial . 3 Ed. São Paulo: Editora Interciência, 2011.

Disciplina:
Saúde Ocupacional
Carga horária:
40h
Ementa:
Noções gerais das Saúde ocupacional. Acompanhamento da aplicação dos programas de proteção à saúde dos trabalhadores. Atuação dos profissionais de segurança do trabalho na gestão de patologias nos ambientes de trabalho. Capacitação no atendimento dos primeiros socorros aos empregados. Doença do trabalho causados por agentes físicos, químicos e biológicos. Doenças do trabalho na indústria e no meio rural. Aspectos epidemiológicos das doenças do trabalho.
Bibliografia
MONTEIRO, A.L.; BERGATINI, R. F. S. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais , São Paulo, Saraiva, 2010.
Segurança e Medicina do trabalho , São Paulo, 70ª edição, 2012
MORAES, M. V. Doenças Ocupacionais . São Paulo: Iátria, 2011, 1ª edição, 2ª reimpressão.
BREVIGLIERO, E., POSSEBON, J., SPINELLI, R. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos . 5ª edição, 2006.
OGA, S.; CAMARGO, M. M. A.; BATISTUZZO, J. A. O. Fundamentos de toxicologia . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
QUEIROZ, S. Tratado de Toxicologia Ocupacional . São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.
PELCZAR, REID & CHAN , Microbiologia: Conceitos e Aplicações - vol. 1 , Editora: Person. 2ª edição-2012.
_____. Microbiologia: Conceitos e Aplicações - vol. 2 , Editora: Person. 2ª edição- 2011.
CYBIS, W. BETIOL, A.H., FAUST, R. Ergonomia e usabilidade . São Paulo, Novatec editora. 2ª edição, 2010.

2.2.4 Metodologia

A Educação a Distância é uma modalidade de educação que vem assumindo, cada vez mais, uma posição de destaque no cenário educacional da sociedade contemporânea.

Essa modalidade de educação deve ser um campo de interação transpessoal, através de vários recursos de caráter pedagógico, para que o aluno possa compreender mundos partilhados, mundos que se revelam pela linguagem, através da qual interage com o mundo e se sociabiliza.

Essa nova modalidade de educação apresenta uma série de possibilidades que foram utilizadas ou reveladas de forma muito limitada pelo meio acadêmico. Para que isso se concretize devidamente é necessário utilizar as variadas formas de interatividade, ou seja, utilizar todos os recursos disponíveis, e através disso, procurar provocar o aluno para que ele possa discutir e sanar suas dúvidas, abrindo sempre novos caminhos para novas discussões e perguntas.

A Educação a Distância possui uma ferramenta vantajosa na aprendizagem educacional, que além de ser um novo modo de apresentação do conhecimento, ensaia a relação quase homológica com os processos criativos de produção do conhecimento. A utilização desta ferramenta pode ter maior eficiência se utilizada com outros recursos pedagógicos, como, por exemplo, a leitura de livros e explicação dos tutores.

As atividades de aprendizagem devem fornecer múltiplas representações de conteúdo. Os materiais devem apresentar o conhecimento de acordo com o contexto, evitando simplificar o domínio do conteúdo, enfatizando sempre a construção do conhecimento e não somente a transmissão de informações.

Através da grande diversidade de recursos midiáticos, em Educação a Distância, o papel do autor é transferir parte de seu poder e autoridade ao leitor, que estará buscando novos elos e não uma única compreensão. Assim, o aluno poderá decidir até que nível de aprofundamento poderá levar seus estudos. Acredita-se que a Educação a Distância é uma possibilidade para favorecer as convivências sociais responsáveis, críticas, humanizadas de forma dinâmica e acessível.

A partir dessa situação, o sistema visa à formação de um leitor-autor, o qual terá que admitir a existência de várias respostas corretas a um só problema, pois o recurso analítico deverá sempre estar presente. Dentro dessa mesma dinâmica está a Educação a Distância, que se constitui como uma prática educativa que se adequa ao novo contexto educacional. Propõe-se uma educação que respeite o tempo e o espaço individual oferecendo as mesmas condições de ensino- aprendizagem, permitindo ao aluno, ao mesmo tempo, poder engajar-se no mundo do trabalho, visando o desenvolvimento de conhecimentos e atitudes que o auxiliem a se relacionar com o mundo da vida e o mundo do trabalho. Para isso é necessário que cada conteúdo seja trabalhado em vários momentos pedagógicos, permitindo a

cada discente a realização de um percurso de construção das respostas as suas indagações. Dessa forma, caberá ao educador provocar essas indagações, suscitando ao educando dúvidas que irão impeli-lo no sentido da busca capaz de suprir as carências de conhecimento sentidas.

Para alcançar o propósito da focalização progressiva e da construção do conhecimento, buscar-se-á para cada unidade programática percorrer coletivamente, incluindo os espaços de interação entre os discentes. Dentro desses princípios metodológicos, como princípios orientadores, buscar-se-á um tratamento de cada componente curricular de forma a permitir um primeiro contato do educando através do caderno didático disponível eletronicamente, o qual servirá como roteiro orientador do desenvolvimento da disciplina. Partindo desse material, caberá ao educando expor seus questionamentos por via eletrônica ao tutor a distância, e este prontamente procurará esclarecê-los via *chat*, repassando relatórios periódicos ao professor formador, permitindo a este ter acesso aos principais aspectos a serem abordados em um segundo momento, via vídeo *streaming*, áudio-conferência (sistema que permite interação professor-estudante), e via fórum de discussão (onde serão expostos elementos complementares para apoiar a busca das respostas por parte dos estudantes). Complementa-se o processo com as sugestões de leitura disponibilizadas na plataforma de aprendizagem (Moodle) e consultas complementares indicadas para aprofundamento do tema.

Fundamentais nesse processo de avanço progressivo são as atividades previstas em cada etapa, em que a aplicação do conhecimento pelo estudante é compartilhada com o professor formador e os tutores, podendo incidir em novas questões para debate via fórum de discussão e na construção do portfólio, espaço coletivo de produção de conhecimento.

Em face do exposto neste Projeto Pedagógico, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos e meios empregados para alcançar os objetivos propostos para a formação profissional do técnico em segurança no trabalho.

A teoria da aprendizagem que fundamenta o processo de ensino neste curso é o Construtivismo. Este se baseia no princípio de que o conhecimento é resultado da reflexão pessoal sobre os fenômenos e tem como premissa, a ideia de que o indivíduo é agente de seu conhecimento. Assim, cada pessoa constrói significados e representações da realidade de acordo com suas experiências e vivências em diferentes contextos. No entanto, tais representações estão constantemente abertas a mudanças e suas estruturas formam as bases sobre as quais novos conhecimentos são construídos.

A produção de significados é um processo individual e o conhecimento é uma produção social. Entretanto, em uma perspectiva sócio-interacionista, o que uma pessoa faz, pensa, fala sofre influência de uma série de fatores, especialmente das interações interpessoais e grupais.

A ideia de que conhecimento possa ser compreendido e compartilhado pela mera transmissão de informações e por uma visão linear e simplificada dos fenômenos estudados está muito distante da visão que fundamenta este Projeto Pedagógico.

Coerente com esta visão, o curso adotará o Moodle, porque é um ambiente virtual de aprendizagem que trabalha com uma perspectiva dinâmica da aprendizagem em que a pedagogia sócio construtivista e ações colaborativas ocupam lugar de destaque. Dentre os recursos disponíveis no Moodle serão usados os seguintes:

- Chat - atividade que permite a interação on-line e simultânea entre os participantes de um curso;
- Fórum – atividade que permite a discussão de um tema entre os alunos;
- Glossário – atividade que permite a criação de termos relacionados ao conteúdo trabalhado no curso;
- Pesquisa de avaliação – atividade que permite consulta sobre determinado assunto e a realização de pesquisas rápidas junto a todos os participantes de um curso;
- Questionário – atividade que viabiliza uma grande variedade de tipos de exercícios e avaliações on-line. Permite a criação de questões objetivas e dissertativas além de fornecer *feedback* sobre erros e acertos.
- Tarefas – Atividade que possibilita a solicitação de atividades que devem ser realizadas on-line ou off-line.
- Wiki – atividade que permite que vários participantes construam coletivamente um hiperdocumento. É uma ferramenta muito útil para estimular trabalho em grupo

Complementando a metodologia, serão usados, ainda neste curso, os seguintes meios:

- O Uso de material didático atraente e escrito em linguagem adequada;
- A Aplicação de atividades relevantes e contextualizadas; e aplicação da pesquisa como princípio educativo;
- Trocas de experiências e interação social entre docentes e alunos;

- Uso de fontes de informação de qualidade;
- Uso do serviço de tutoria presencial e a distância;
- Contextualização dos conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar;
- Aplicação sistemática de instrumentos para diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos estudantes, a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- Orientação de projetos ou planos de trabalho junto com o aluno, com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- Aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo;
- Aulas presenciais;
- Visitas técnicas.

2.2.5 Avaliação

Neste curso a avaliação sempre será feita em conformidade com os artigos 4º e 24 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamentou o artigo 80 da Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu que o desempenho do estudante em cursos na modalidade a distância se dará mediante:

- I-. O cumprimento das atividades programadas, ou seja, estudo do conteúdo e realização de atividades propostas pelo professor da cada disciplina, que serão enviadas e avaliadas pelos tutores, conforme critérios previamente determinados pelos professores especialistas;
- II-. Realização de exames presenciais, através de avaliação escrita, ao final de cada semestre, elaborada pelo conjunto de professores das disciplinas cursadas no semestre, observando-se o caráter interdisciplinar dos conteúdos;
- III-. Trabalho de conclusão, que será desenvolvido pelo aluno durante o transcorrer dos estudos sob orientação de seu respectivo tutor acadêmico e sob supervisão de um professor especialista.

2.2.5.1 O processo de avaliação do desempenho dos alunos

A avaliação de cada disciplina é parte integrante dos processos de ensino e aprendizagem e pode variar em função das orientações dos professores responsáveis pela disciplina ou de necessidades contextuais presentes no momento da sua execução.

O processo avaliativo de uma disciplina será composto pelos seguintes instrumentos: exercícios avaliativos, duas avaliações a distância e uma avaliação presencial.

a) Características dos Exercícios avaliativos

São exercícios pertinentes às unidades didáticas. A cada unidade haverá uma lista de exercícios. A ideia é que o aluno possa se autoavaliar continuamente durante o período de oferta da disciplina (testes sem notas). Os tutores devem estimular, fortemente, a realização dos exercícios avaliativos, visando identificar a presença ou ausência de habilidades e pré-requisitos, bem como as prováveis causas de repetidas dificuldades na aprendizagem. Esses exercícios avaliativos terão o papel de fazer um diagnóstico do nível de conhecimento dos alunos.

b) Características das avaliações a distância

São essencialmente de caráter formativo e devem ser realizadas, basicamente, nos finais do primeiro e do terceiro mês de estudo. Podem se constituir, de acordo com a essência da disciplina e de decisões de ordem pedagógica, de trabalhos enviados para os polos pelos tutores, ou de exames a distância, com prazo para retorno das soluções elaboradas pelos alunos. Será sugerida a criação de um banco de questões por disciplina que possa ajudar na elaboração dessas avaliações. Esse banco será constituído por questões de diferentes níveis de dificuldade, possibilitando classificar o grau de aprendizagem do aluno.

As avaliações a distância devem atribuir notas. Sugere-se que o peso de cada avaliação a distância corresponda a 20% (vinte por cento) da nota final do aluno na disciplina. Assim, a soma desses resultados corresponderia a 40% (quarenta por cento) da nota final. Sempre que possível, essas avaliações devem conter trabalhos ou questões a serem resolvidas por grupos de alunos, estimulando o processo de trabalho em grupo.

c) Características das avaliações presenciais

Devem ser aplicadas no final do quarto mês. Essas avaliações têm, no entanto, planejamento temporal rígido. Realizadas nos polos deste curso, devem ocorrer em dias e

horários preestabelecidos em calendário previamente distribuídos aos alunos.

Tais avaliações devem seguir o rigor próprio dos exames presenciais realizados pelo IFPB em seus processos seletivos tanto no que se refere à fiscalização, quanto à elaboração, aplicação e correção das provas. Sugere-se que o peso dessa avaliação presencial seja de 60% (sessenta por cento) do total da nota final. Pode ocorrer uma avaliação suplementar presencial, que deve acontecer um mês após a prova presencial. Constitui-se em segunda oportunidade para o aluno que não obteve nota suficiente para aprovação nas avaliações anteriores.

Os discentes deverão ser previamente comunicados a respeito dos critérios do processo avaliativo e os resultados deverão ser comunicados no prazo de até sete dias úteis, contados a partir da data da avaliação.

O docente deverá registrar as temáticas desenvolvidas nas aulas, a frequência dos discentes e os resultados de suas avaliações, diretamente no Diário de Classe e no sistema acadêmico (Q-Acadêmico).

2.2.6. Material didático

O material didático das disciplinas deste curso está dividido em unidades e as unidades em aulas. Ao final de toda aula, o aluno deverá ser capaz de realizar uma lista de exercícios de fixação de aprendizagem. Em intervalos regulares, o aluno deverá remeter para o tutor uma lista específica de atividades previamente agendadas, que servirá para identificar as deficiências e dificuldades de aprendizagem dos alunos no decorrer do processo formativo.

O Material didático, neste Projeto Pedagógico, na medida do possível, procurar atender às orientações contidas nos Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância, publicado pelo MEC, e que faz as seguintes recomendações:

- a) Considerar que a convergência e a integração de materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de teleconferências, dentre outros, criam ambientes de aprendizagem ricos e flexíveis, quando acrescidos da mediação do professor;
- b) Incluir no material educacional um guia impresso, que oriente o aluno quanto às características da educação a distância e quanto aos direitos, deveres e atitudes de estudo a

serem adotadas; informe sobre o curso escolhido; esclareça como se dará a interação com professores e colegas; apresente cronograma e sistema de acompanhamento, avaliação e todas as demais orientações que lhe darão segurança durante o processo educacional.

c) Informar de maneira clara e precisa, que meios de comunicação e informação serão postos à disposição do aluno (livros-textos, cadernos de atividades, leituras complementares, roteiros, obras de referência, sítios virtuais, vídeos, ou seja, um conjunto impresso e/ou disponível na rede que proporcione flexibilidade e diversidade);

d) Detalhar, nos materiais educacionais, que competências cognitivas, habilidades e atitudes o estudante deverá alcançar ao fim de cada unidade, disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de autoavaliação.

Para as disciplinas do primeiro e segundo semestres, deste Curso, será utilizado o material didático disponível na Plataforma da Rede e-Tec. Já as disciplinas do terceiro e quarto semestres serão elaborados pela equipe docente do Campus de Patos.

O material didático estará disponível em diferentes formatos e suportes, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação. Dessa forma, os conteúdos básicos de materiais impressos enviados diretamente aos alunos ou postos à disposição nos polos, também estarão disponíveis na Internet, e servirão para mediar a aprendizagem dos conteúdos e a integração dos estudantes com seus tutores e professores.

Será disponibilizada na plataforma de aprendizagem virtual, uma biblioteca de materiais complementares ao material impresso e, além disso, os estudantes serão estimulados a buscar outros materiais e meios correlatos, como filmes, sítios e programas televisivos, correlacionando os conteúdos vistos no curso com as experiências do dia-a-dia.

2.2.7 Sistema de tutoria

a) O papel do tutor na educação a distância

Em qualquer sistema de ensino, seja na modalidade presencial ou a distância, a comunicação entre alunos e professores é fundamental para que a aprendizagem ocorra. Daí que a eficiência de um sistema educacional depende basicamente do sistema de comunicação que assegure esta interatividade.

Em um curso a distância, no qual o aluno está fisicamente distante do professor, importantes elementos deverão estar envolvidos para que a interação aluno/professor ocorra de fato. A tutoria se destaca como um dos principais componentes

para que essa comunicação se estabeleça.

Nos diversos modelos de EAD, a tutoria tem desempenhado funções de mediação entre os conteúdos das disciplinas e os alunos, entre professores e alunos, e os alunos entre si. É da competência da tutoria tanto a orientação acadêmica quanto a orientação não acadêmica. O tutor, dentro de um sistema de educação a distância, é a figura que estabelece o vínculo mais próximo do aluno, seja presencialmente ou a distância, tanto do ponto de vista dos conhecimentos acadêmicos como do ponto de vista das atitudes do aluno perante o estudo. O aluno que opta por estudar na modalidade a distância precisa ser orientado na especificidade desse aprendizado e constantemente motivado para que o abandono do curso seja evitado.

Não podemos definir um modelo universal de tutoria que seja o mais eficiente para EaD. Cada sistema tem as suas peculiaridades e deve buscar se resolver dentro do contexto em que se desenvolve. O IFPB, levando em conta importantes experiências consolidadas de Educação a Distância, no Brasil e no exterior, estabeleceu o planejamento do seu sistema de tutoria; um modelo que fundamentalmente busca atender às especificidades de seu público-alvo.

b) Organização do sistema de tutoria

O ensino a distância requer um eficiente acompanhamento dos alunos que, frequentemente, não dispõem de uma sistemática de estudo apropriada a essa modalidade de ensino. É necessário que hábitos arraigados de estudo adquiridos no sistema presencial sejam vencidos. Daí a importância de uma eficiente tutoria.

O IFPB equacionará seu sistema de tutoria, provendo entre a sede e os polos no interior, uma infra-estrutura de atendimento ao aluno que consistirá de duas modalidades de tutoria: Tutoria local e Tutoria a distância.

A tutoria local será realizada presencialmente nos polos. Os alunos contarão com um sistema de apoio dos tutores em que ocorrerá um encontro presencial semanal de uma hora e meia para cada disciplina.

A tutoria a distância será realizada por meio da Internet. Cada aluno será acompanhado a distância, em cada disciplina, por docentes de reconhecida competência e que compõem o quadro acadêmico do IFPB. Auxiliando tais professores, haverá um corpo de tutores pós-graduandos ou pós-graduados atuando a distância nas salas de tutoria da sede.

c) Categorias e competências dos Tutores

À tutoria compete o acompanhamento e a orientação acadêmica dos alunos. Cabe ao tutor, seja no que diz respeito ao conteúdo das disciplinas, a assuntos relacionados à organização e administração do curso ou a problemas de ordem pessoal ou emocional, orientar os alunos no sentido de buscar as soluções cabíveis em cada caso. Também é tarefa da tutoria promover o trabalho colaborativo e cooperativo entre alunos, estimular o estudo em grupos e procurar motivar o estudante durante o curso para evitar a evasão do sistema.

As duas modalidades de tutoria do IFPB, presencial e a distância, serão organizadas em torno de três categorias de tutores:

Categoria 1: professores do quadro acadêmico do IFPB que terão a função de coordenação dos tutores das Categorias 2 e 3. Nessa etapa inicial, esta equipe será formada por um professor do Curso Tecnológico em Segurança no Trabalho do Campus de Patos. Após a ampliação do número de alunos, este quadro de coordenadores de tutores poderá ser ampliado.

Categoria 2: os chamados tutores a distância responderão às dúvidas relacionadas ao conteúdo das disciplinas tanto dos tutores locais quanto dos alunos, a partir da sala de tutoria sediada na Diretoria de Educação a Distância e Projetos Especiais, no Campus de João Pessoa, por meio de Internet. Esses tutores deverão ser graduados ou pós-graduados em Engenharia Civil, Fisioterapia, Enfermagem, Medicina, Administração ou áreas afins (física, ciência da computação, engenharias), pedagogia, psicologia, ou seja, profissionais da área de educação ou saúde capazes de auxiliar os alunos na construção do conhecimento nas diversas disciplinas que compõem o curso;

Categoria 3: professores selecionados pelo Coordenação do Curso Técnico em Segurança no Trabalho a distância para atuarem nos polos, com a função de acompanhar os alunos presencialmente. Essa categoria deve ter a competência de motivar e encorajar os alunos e entusiasamá-los a manter a disciplina. O tutor local é uma extensão do professor que está distante e suas atividades são semelhantes às dos professores. Assim, é necessário que os tutores locais tenham uma capacitação específica para orientar os alunos de cursos a distância. Deverá ser um profissional com as possíveis qualificações dos tutores da categoria 2.

d) Composição da equipe de tutoria na sede

Essa equipe será composta pelo coordenador do curso, pelos professores pesquisadores e pelos tutores. Inicialmente, teremos apenas um coordenador dos tutores a distância. Este quadro, posteriormente, poderá ser alterado se houver o crescimento da oferta

do curso.

e) Composição da equipe de tutoria nos polos

A equipe de tutoria em um polo é formada de um coordenador geral do polo e a equipe de tutores locais. A cada semana serão marcados nos polos encontros presenciais de cerca de três horas para cada disciplina. O coordenador do polo será responsável pelo acompanhamento geral dos discentes inscritos no curso e pela supervisão dos tutores.

f) Seleção de tutores

A seleção de tutores será realizada a partir de um processo seletivo liderado pela Coordenação do Curso, ouvindo a Diretoria de Educação a Distância e Projetos Especiais.

g) Capacitação de tutores

A formação e a capacitação dos tutores do IFPB serão realizados pela Coordenação dos Cursos a distância em andamento e pela Diretoria de Educação a Distância e Projetos Especiais. Essa Diretoria, em parceria com os Coordenadores de Curso a Distância, tomarão para si a tarefa de formar e capacitar os tutores presenciais (baseados nos polos) e os tutores a distância (baseados na sede). Essa capacitação se processará em três níveis: capacitação em educação a distância; capacitação nas mídias que serão utilizadas no curso; capacitação em conteúdo, utilizando o material didático específico do curso.

O último nível de capacitação terá a forte colaboração dos professores conteudistas.

2.2.8. Polos

O IFPB contará com dez polos para o desenvolvimento deste Curso e, por conseguinte, para a realização das atividades presenciais.

Conforme mencionado acima, a tutoria se resolverá em duas instâncias: a tutoria a distância, realizada a partir das salas de tutoria no Campus de João Pessoa, e a tutoria presencial nos polos. Cada aluno será acompanhado presencialmente e a distância, em cada disciplina, por uma equipe de professores e tutores, e contará com um sistema de consulta aos tutores no IFPB por Internet.

A configuração do sistema de tutoria estará baseada na seguinte infra-estrutura física:

- As salas de coordenação e de tutoria a distância estão localizadas na Diretoria de Educação a Distância e Projetos Especiais, no Campus de João Pessoa, onde os tutores a distância e os professores responsáveis pelas disciplinas do curso realizarão as atividades ligadas aos cursos em andamento. Essas serão equipadas com toda a infra-estrutura computacional e de telecomunicações necessária ao acompanhamento dos alunos nos polos.
- Os polos funcionarão nos *Campi* de Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Sousa.

. Esses locais terão uma infra-estrutura computacional e de telecomunicações adequada para as atividades presenciais.

2.2.9 Pessoal docente e técnico-administrativo

2.2.9.1 Docentes

O quadro 5 apresenta a relação de professores formadores.

Quadro 5 – Relação de professores formadores por disciplina

DISCIPLINA	PROFESSOR	TITULAÇÃO
Informática	Leandro Cavalcanti de Almeida	Especialista
Introdução à Higiene e Segurança do Trabalho	Manuel Ferreira Campos	Especialista
Inglês	Alessandra Meira de Oliveira	Mestre
Redação	Alessandra Gomes C. Ferreira	Mestre
Ética e Cidadania	Deyse Morgana das Neves Correia	Mestre
Estatística Aplicada	Francisco Ferreira de Paulo	Especialista
Segurança do Trabalho I	Manuel Ferreira Campos	Especialista
Introdução à Administração	Emanuelle Arnaud Cavalcanti	Mestre
Psicologia do Trabalho	Deyse Morgana Correia	Mestre
Introdução à Legislação Ambiental	Susana Cristina Batista Lucena	Mestre

Primeiros Socorros	Hanne Alves Bakke	Mestre
Desenho Técnico	Roberta Xavier da Costa	Mestre
Metodologia da Pesquisa Científica	Deyse Morgana das Neves Correia	Mestre
Gestão da Qualidade	Emanuelle Arnaud Cavalcanti	Mestre
Higiene Ocupacional	Manuel Ferreira Campos	Especialista
Doenças Ocupacionais	Thayse Azevedo da Silva	Mestre
Ergonomia	Hanne Alves Bakke	Mestre
Avaliação e Controle de Riscos Ambientais	Luciano de Oliveira Nóbrega	Doutor
Método de Combate a Incêndios e Explosões	Álvaro Maciel de Medeiros	Mestre
Segurança do Trabalho em Instalações Elétricas	Moacyr Pereira da Silva	Mestre
Segurança do Trabalho no Ambiente Hospitalar	Hanne Alves Bakke	Mestre
Segurança do Trabalho na Indústria	Susana Cristina Batista Lucena	Mestre
Segurança do Trabalho no Meio Ambiente e Agricultura	Manuel Ferreira Campos	Especialista
Segurança do Trabalho na Construção Civil	Luciano de Oliveira Nóbrega	Doutor

2.2.9.2 Pessoal técnico-administrativo

Os quadros 6, 7, 8, e 9 descrevem o pessoal técnico-administrativo, necessário ao funcionamento do Curso tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada semestre, em dez polos.

Quadro 6 - Tutoria Presencial

Descrição	Quant./35 alunos	Quant. de alunos/polo	Quant. de Tutores/Polo	Quant. de Polos	Quant. Total de tutores
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nas disciplinas	1	50	2	10	20

Quadro 7- Tutoria a Distância

Descrição	Quant./35 alunos	Quant. de alunos/polo	Quant. de Tutores/Polo	Quant. de Polos	Quant. Total de tutores
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nas disciplinas	1	50	1	10	10

Quadro 8 - Equipe Técnica

Descrição	Quantidade Total
Coordenação Geral para a organização e funcionamento do Curso em concordância com as orientações da rede e-TEC	1
Coordenador Adjunto para assessorar a Coordenação Geral	1
Coordenador de Curso	1
Coordenador de Tutoria para cada curso	1
Coordenador de Polo (10 polos no IFPB)	10

Quadro 9 - Resumo Geral

Descrição	Quantidade Total
Coordenação Geral para a organização e funcionamento do Curso em concordância com as orientações da rede e-TEC	1
Coordenador Adjunto para assessorar a Coordenação Geral	1
Coordenador de Curso	1
Coordenador de Tutoria para cada curso	1
Coordenador de Polo (10 polos no IFPB)	10
Tutores presenciais	20
Tutores a distância	6
Total geral	48

3. DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA O CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

3.1 INGRESSO E MATRÍCULA

O ingresso, a matrícula e o percentual de vagas destinadas aos alunos da rede

estadual, enquanto não houver Convênio entre a Secretaria de Estado da Educação do Governo da Paraíba e o IFPB, será regulado em Edital Específico.

O processo seletivo será constituído por provas de Língua Portuguesa e Matemática sendo realizado a cada ano e/ou semestre letivo de acordo com a capacidade de oferta de vagas da Instituição. O preenchimento das vagas ofertadas obedecerá rigorosamente aos critérios estabelecidos pelo Edital de Seleção.

A matrícula deverá ser requisitada pelo discente ou por seu (sua) procurador(a), nos prazos estipulados no Edital de Matrícula, obedecendo-se às condições estabelecidas pelo Edital de Seleção.

A matrícula em cada semestre letivo se dará por disciplina, respeitando a quantidade de vagas disponíveis para cada uma delas. No preenchimento das vagas terão prioridade os discentes bloqueados, em seguida o discente concluinte e, por último, a ordem de solicitação de matrícula. O discente deverá se matricular em disciplinas, obedecendo a sequência da matriz definida no PPC. Aquele que não efetuar a renovação de matrícula, em qualquer um dos semestres letivos será desvinculado do curso.

As vagas remanescentes deverão ser preenchidas seguindo-se a ordem de classificação do processo seletivo e serão reguladas em Edital específico.

3.2 TRANCAMENTO E REABERTURA DE MATRÍCULA

Não será permitido o trancamento de matrícula no semestre inicial do curso, podendo ocorrer apenas uma vez, exceto nos seguintes casos devidamente comprovados:

- I – Tratamento de saúde;
- II – Convocação para o Serviço Militar;
- III – Gravidez de risco;
- IV – Trabalho formal;
- V – Mudança de domicílio para outro município ou unidade federativa; VI – Acompanhamento do cônjuge.

O prazo para trancamento é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir do início do semestre letivo, cuja solicitação será mediante requerimento à Coordenação de Controle Acadêmico (CCA).

Permite-se o trancamento por semestre ou por disciplina de forma isolada. Para os discentes com admissão por reingresso e transferência, o trancamento só poderá ser concedido, quando for integralizado o período em que ele foi posicionado após a realização do aproveitamento de estudo, não sendo permitido após uma desistência ou reprovação total no semestre.

O discente deverá reabrir sua matrícula, obrigatoriamente, no início do semestre letivo seguinte ao do seu trancamento, observando os prazos previstos no Calendário Acadêmico. Perderá a vaga o discente que não efetivar a matrícula nos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico e o seu retorno às atividades acadêmicas será definido pela coordenação de curso, considerando a capacidade instalada e a disponibilidade de vagas, podendo inclusive, efetivar-se apenas no período seguinte àquele solicitado.

Ao final de cada semestre, em período definido pelo IFPB, o discente deverá renovar sua matrícula para manutenção do seu vínculo com a Instituição. Ficará impedido de renovar matrícula o discente com duas reprovações totais e/ou desistências consecutivas em qualquer um dos semestres, perdendo direito à vaga.

3.3 APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS

O discente poderá requerer aproveitamento de conhecimentos adquiridos dentro ou fora do sistema regular de ensino. Para o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos anteriormente, considerar-se-ão:

- I – inicialmente, as competências da área profissional;
- II – a correspondência com as competências da habilitação específica.

O requerimento para aproveitamento de conhecimentos adquiridos deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso nos primeiros dez dias letivos, conforme as exigências abaixo relacionadas:

- Para qualificação profissional, etapas de nível técnico, apresentar histórico e ementa;
- Para curso de qualificação profissional de nível básico, apresentar certificado e ementa;
- Para conhecimentos adquiridos por meio informal, apresentar documentos relativos à experiência profissional.

Para conhecimentos adquiridos em qualificação profissional, etapas, disciplinas de nível técnico cursados na habilitação profissional ou inter-habilitação, será feita uma análise de currículo para verificar a correspondência com o perfil de conclusão de curso, desde que esteja dentro do prazo limite de cinco anos (Parecer CNE/CEB 16/99).

Os conhecimentos adquiridos em disciplinas em cursos de nível superior de tecnologia poderão ser aproveitados, sem necessidade de avaliação, passando pela apreciação do professor. A análise da equivalência de estudos deverá recair sobre os conteúdos que integram os programas e não sobre a terminologia das disciplinas requeridas, e a correspondência mínima de 75% da carga-horária.

O conhecimento adquirido em cursos realizados até cinco anos, em cursos de nível básico e ainda os adquiridos no trabalho, poderão ser aproveitados mediante avaliação, considerando o perfil de conclusão do curso (Parecer CNE/CEB 16/99 – Lei 9394/96, art. 41). Na avaliação desses conhecimentos poderão ser utilizados os seguintes instrumentos:

- I - Atividades práticas;
- II - Projetos;
- III - Atividades propostas pelos docentes.

3.4 TRANSFERÊNCIA E ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Somente poderão ser admitidos, por transferência, os discentes procedentes de escolas similares, considerando o eixo tecnológico e a existência de vagas. O requerimento de transferência deverá ser acompanhado do histórico escolar e da ementa das disciplinas cursadas.

A análise curricular será realizada pela Coordenação do Curso. Ocorrendo divergência curricular, o aproveitamento de estudos dar-se-á quando houver compatibilidade de, no mínimo, 75% da carga horária total e do conteúdo.

No caso de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, removido *ex officio*, a matrícula será concedida independentemente de vaga e de prazos estabelecidos, nos termos da Lei No 9.356/97.

3.5 REINGRESSO

O reingresso é a possibilidade dos discentes que perderam o vínculo com o IFPB, por abandono ou jubramento, de reingressar na instituição, a fim de integralizar o seu currículo conforme a oferta de vagas com esta finalidade, desde que seja no período e no curso de origem.

O reingresso poderá ser autorizado uma única vez e para o seu curso de origem sendo somente apreciados os requerimentos de reingresso de ex-discentes que se enquadrem nas seguintes situações:

- I – Não ter sido reintegrado anteriormente;
- II – Não estar matriculado em nenhum curso do IFPB;
- III – Ter aprovação em todas as disciplinas exigidas para o 1º período do curso;
- IV – Não ter sido reprovado quatro vezes em uma ou mais disciplinas;
- V – Não terem decorrido mais de cinco anos, desde a interrupção do curso até o período pretendido para o reingresso.

O reingresso condiciona, obrigatoriamente, o discente ao currículo e regime acadêmico vigente, não se admitindo, em nenhuma hipótese, complementação de carga horária em disciplinas do vínculo anterior. Será concedido ao discente, um período letivo adicional para promover a adaptação curricular.

A inscrição será aberta por Edital, que regulamentará todo processo de reingresso. Ao inscrever-se, o candidato firmará declaração de que aceita as condições estabelecidas nestas orientações.

Para efeito de conclusão do curso, o discente que tenha perdido o vínculo com a instituição em período não superior a cinco anos, faltando apenas apresentar o relatório de estágio curricular obrigatório ou de práticas profissionais, poderá solicitar o reingresso a qualquer momento, independentemente de prazo previsto no calendário acadêmico.

Nessa condição, o candidato deve protocolar uma declaração do Professor Orientador, informando o período e carga horária do estágio (no caso de estágio curricular). Uma vez requerido reingresso nos termos dessas orientações, a Diretoria de Ensino autorizará a Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) a matricular o discente no estágio curricular obrigatório, apenas para efeito de entrega do relatório, com prazo não superior a 30 dias, a contar da data de seu reingresso.

3.6 APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO

Nos termos do Art. 4º do Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 a avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo mediante:

- I - cumprimento das atividades programadas; e,
- II- realização de exames presenciais

3.6.1 Dos requisitos para aprovação nas disciplinas

Para obter a aprovação em cada uma das disciplinas neste curso o aluno deverá fazer necessariamente três provas: uma presencial e duas a distância.

3.6.1.1 Das tipologias de provas

- a) Prova on-line (P1) - É uma avaliação individual, sem consulta composta por questões de múltiplas escolhas ou trabalhos de pesquisa. Valor: 0 a 20 pontos.
- b) Prova on-line (P2) - É uma avaliação individual, sem consulta composta por questões de múltiplas escolhas ou trabalhos de pesquisa. Valor: 0 a 20 pontos.
- c) Prova presencial (P3) - É uma avaliação individual e sem consulta, composta por questões de múltiplas escolhas ou questões dissertativas. Valor: 0 a 60 pontos.
- d) Prova de segunda chamada (P4) - É uma avaliação que será aplicada somente para os alunos, que por alguma razão de ordem legal (licença maternidade, licença para tratamento de saúde) não tenham realizado a prova presencial (P3) - Será individual e sem consulta, composta de questões de múltiplas escolhas ou dissertativas. Valor: 0 a 60 pontos.
- e) Atividades integradoras (P5) - É a nota resultante das atividades previstas no Quadro 3
- f) Prova final (P6) - É uma avaliação que será aplicada para os alunos que não alcançaram a média para aprovação. Será individual, sem consulta, composta de questões de múltiplas

escolhas e cobrará o conteúdo de toda disciplina. Valor: 0 a 100 pontos.

g) Terá direito à prova final o aluno que obtiver média igual ou superior a 40(quarenta) e inferior a 70(setenta) em cada disciplina em prazo definido no calendário acadêmico.

3.6.1.2 Das fórmulas para aprovação nas disciplinas.

a) Da fórmula para aprovação após a realização das provas on-line e presencial:

$$MD = P1 + P2 + P3 \geq 70$$

b) Da fórmula para aprovação após a realização da prova de segunda chamada (P3):

$$MD = P1 + P2 + P4 \geq 70$$

c) Da fórmula para aprovação nas disciplinas que compõem as atividades integradoras:

$$MD = (P1 + P2 + P3) \times 0,5 + (P5) \times 0,5 \geq 70$$

d) Da fórmula para aprovação após a realização da prova final.

$$MF = (MD) \times 0,6 + (P6) \times 0,4 \geq 50:$$

Observações:

1 – MD é igual à soma das avaliações anteriores (P1+P2+P3 ou P4).

2 – Considera-se aprovado o aluno que obtiver a Média Final (MF) ≥ 50 .

3.6.1.3 Da reprovação por disciplina

Considerar-se-á reprovado por disciplina o discente que:

a) Obtiver Média Final (MF) inferior a 40 no final do semestre;

b) Obtiver média inferior a 50, após a avaliação final.

3.6.1.4 Dos requisitos para aprovação no curso

Para concluir o curso o aluno precisa obter a aprovação em todas as disciplinas e no TCC. O não cumprimento dos requisitos acima enseja a reprovação no curso.

3.6.1.5 Da reposição das avaliações

O discente que não comparecer à prova presencial (P3) programada terá direito a apenas uma prova de segunda chamada (P4), por disciplina, devendo o conteúdo ser o mesmo da avaliação a que não compareceu.

Fará jus, ainda, sem prejuízo do direito assegurado, o discente que faltar a avaliação por estar representando a Instituição em atividades desportivas, culturais, técnico-científicas e de pesquisa e extensão.

3.6.2 Da aprovação no TCC

O TCC será um relatório sintetizando as reflexões e os registros da prática profissional supervisionada, e valerá de 0 a 100 pontos. Este será regido por regulamentação própria.

O regime especial de exercício domiciliar, como compensação por ausência às aulas, amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044/69 e pela Lei nº 6.202/75, será concedido:

- I – À discente em estado de gestação, a partir do oitavo mês ou em período pós-parto, durante 90 dias;
- II – Ao discente com incapacidade física temporária, de ocorrência isolada ou esporádica, incompatível com a frequência às atividades escolares na Instituição, desde que se verifique a observância das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar nos novos moldes.

Para fazer jus ao benefício o requerente deverá:

- Solicitar a sua concessão à coordenação do curso;
- Anexar atestado médico com a indicação das datas de início e término do período de afastamento.

Fica assegurado ao discente em regime especial de exercício domiciliar o direito à prestação das avaliações finais. Os exercícios domiciliares não desobrigam, em hipótese alguma, o discente de realizar as avaliações da aprendizagem. O representante do discente em regime domiciliar deverá comparecer à coordenação do curso para retirar e/ou devolver as atividades previstas.

3.7 REGIME ESPECIAL DE EXERCÍCIO DOMICILIAR

As atividades curriculares de modalidade prática, que necessitem de acompanhamento do docente e da presença física do discente, em regime especial, deverão ser realizadas após o retorno do discente às aulas e em ambiente próprio para sua execução, desde que compatíveis com as possibilidades da Instituição.

3.8 JUBILAMENTO

Será jubilado o discente que não renovar ou reabrir a matrícula no prazo estabelecido pelo IFPB e tiver duas reprovações totais e/ou desistências consecutivas em qualquer um dos semestres do curso.

3.9 DIPLOMAÇÃO

O discente que concluir 100% das disciplinas do curso e o TCC dentro do prazo de até três anos poderá requerer o diploma de Técnico em Segurança do Trabalho.

Para requerimento de Diploma, deverá o discente, junto ao setor de protocolo do campus, preencher formulário de requerimento de diplomação dirigido à Coordenação do Curso, anexando fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Conclusão do ensino médio ou equivalente;
- b) Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento;
- c) Documento de Identidade;

- d) Título de eleitor e certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
- e) Carteira de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação (para o gênero masculino).

Todas as cópias de documentos deverão ser autenticadas em cartório ou apresentadas juntamente com os originais na Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) para comprovação da devida autenticidade.

4. INFRA-ESTRUTURA

4.1 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

De acordo com as orientações contidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, a instituição ofertante deverá cumprir um conjunto de exigências que são necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação profissional, com vistas a atingir um padrão mínimo de qualidade. O Quadro a seguir apresenta a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade a distância, em cada polo (Quadro 10).

Quadro 10- Quantificação e descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso

Item	Qte	Observações
Mesa para docente	1	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Cadeira para docente	1	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Computador	25	Para atividades de docentes com aplicações específicas com acesso a internet.
Quadro Branco	1	Tamanho mínimo: 4m. Pinceis coloridos sempre disponíveis com apagador.
Projektor (Datashow)	1	Para viabilização das atividades laboratoriais

4.2 LABORATÓRIOS DE SEGURANÇA NO TRABALHO

Para a formação do técnico na área de Segurança do Trabalho do IFPB – Polos de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa, Cajazeiras, Picuí, Monteiro e

Guarabira o quadro de instalações recomendadas pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos deverá ser composto por: Laboratórios Informática, Laboratório de Combate a Incêndio, Laboratório de Higiene e Segurança do Trabalho e Laboratório de Suporte Básico a Vida.

A infra-estrutura dos laboratórios está delineada conforme Quadro 11.

Quadro 11 - Laboratório de Informática

Item	Qte	Observações
Mesa para docente	1	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Cadeira para docente	1	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Computador	25	Para atividades de docentes com aplicações específicas com acesso a internet.
Quadro Branco	1	Tamanho mínimo: 4m. Pinceis coloridos sempre disponíveis com apagador.
Projector (Datashow)	1	Para viabilização das atividades laboratoriais

Quadro 12 – Relação de programas específicos para o laboratório de informática

Pontos de rede individuais para cada estação de trabalho, com acesso à Internet;

- Java Development Kit 1.6;
- Eclipse 3.3;
- Turbo Pascal 7.0 e PascalZim;
- Dev C++;
- Network Simulator;
- Simulador SAP;
- MPLAB;
- Sistema Operacional Windows 7 e Ubuntu.

Observação: Os programas supracitados são livres, ou seja, sem custos de aquisição e utilização, com exceção do Sistema Operacional Windows 7.

Quadro 13 – Laboratório de Combate a Incêndio

Item
Equipamento de pára-raios contendo (Captor Franklin, Isolador do Captor, Luva galvanizada de 3/4, sinalizadores simples com foto célula, mastro telescópico, Haste de aterramento, Conectores, etc).
Extintor de Água pressurizada 10 lts, com sinalizador e suporte (PROTEGE)
Extintor de Gás Carbônico com sinalizador e Suporte (PROTEGE)
Extintor de Pó químico 04 kg com sinalizador e suporte (PROTEGE)
Hidrante contendo [Abrigo para hidrante 75x45x15(metal cast), Lance de mangueira 1.1/ 2"x15m (com união storz inmasp), Registro globo angular 2.1/2" 45 graus, adaptador ER, Tampão, Esguicho cônico, Chave dupla]

Quadro 14 – Laboratório de Higiene e Segurança do Trabalho

Item
Abafador Agena modelo TR- atenuação 18 dB
Abafador PVC concha 16 dB
Avental de Raspa COM EMENDA 100 x 60 cm
Avental em Borracha alta e baixa tensão
Avental de chumbo
Avental Frontal PVC - Tira soldada
Avental KP 500 - Tira com ILHÓS ou SOLDADA
Avental térmico
Bomba de Amostragem de Poeira + certificado de calibração para Bomba de Amostragem de Poeira e gás
Calçado para proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos
Calçado para proteção dos pés contra agentes provenientes de energia elétrica
Calçado para proteção dos pés contra agentes térmicos
Calçado para proteção dos pés e pernas contra respingos de produtos químicos
Calçado para proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com uso de água

Calibrador para decibelímetro e dosímetro
Capacete para proteção contra choques elétricos
Capacete para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio
Capuz para proteção do crânio e pescoço contra agentes abrasivos e escoriantes
Capuz para proteção do crânio e pescoço contra riscos de origem térmica
Cinturão de segurança para proteção do usuário contra riscos de queda em trabalhos em altura
Cone 750 mm Borracha Refletivo NBR 15071
Creme protetor de segurança para proteção dos membros superiores contra agentes químicos
Decibelímetro MOD.DEC-5010 DIGITAL INTEGRADOR C/RS-232 E SPL,LEQ,MAXL,MINL Fornecidos: Estojo, 4 pilhas, software, cabo RS-232, protetor de vento + Certificado de Calibração
Detector de Fuga de Gás combustível. Modelo: Gaslert- quatro Detector de 4 gases
Dosímetro de Ruído Digital Simpson. Referência: 897 + certificado de calibração
LUXIMETRO MOD.LDR-225 DIGITAL ESCALA 0 A 999.900 LUX COM RS-232 E DATALOGGER Acessórios Fornecidos: Estojo, 6 pilhas AAA, Adaptador AC, Software, Cabo RS-232 e manual de instruções. Com Certificado de aprovação
Termômetro de Globo Digital MOD.TGD-400 DIGITAL C/DATALOGGER
Termômetro de Globo Digital MOD.TGD-200
Termo-higro-decibelímetro-luxímetro + certificado de calibração

Quadro 15 – Laboratório de Suporte Básico à Vida

Item
Ambú Reanimador Manual
Manequim torso para treinamento de rcp (básico) tamanho: único
Desfibrilador Portátil (DEA)

5. BIBLIOTECA

A biblioteca deverá operar com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca.

O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação, reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Quadro 16 – Acervo bibliográfico

SEMESTRE	TÍTULO/AUTOR	Exemplares/Polo
1º	ANTUNES, Irlandé. <i>Lutar com palavras: coesão e coerência</i> . São Paulo: Parábola, 2005.	3
1º	ARAÚJO, Wellington Tavares de. <i>Manual de Segurança do Trabalho</i> . Ed. DCL, 2010.	3
1º	ATLAS. <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 64 ed., Ed. Atlas, 2009.	3
1º	COBUILD, Collins. <i>Student's dictionary plus Grammar</i> . London: Harper Collins Publishers, [200-?].	3
1º	DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). <i>Gêneros textuais e ensino</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.	3
1º	FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <i>Lições de texto: leitura e redação</i> . 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.	3
1º	GIOVANNI, José Ruy, GIOVANNI Jr. José Ruy. <i>Matemática: Pensar e Descobrir</i> . 5ª a 8ª série. São Paulo: FTD.	3
1º	GONÇALVES, H. de A. <i>Manual de resumos e comunicações científicas</i> . São Paulo: Avercamp, 2005.	3
1º	HUTCHINSON, T.; WATERS, A. <i>English for specific purposes</i> . Cambridge: C.U.P., 1996.	3
1º	IEZZI, Gelson Osvaldo Dolce & MACHADO, Antonio. <i>Matemática e realidade</i> . 5ª a 8ª série. São Paulo: Ática.	3
1º	IEZZI, Gelson. <i>Fundamentos de matemática Elementar</i> – vol. 11 7ª Ed. – São Paulo: Atual, 2005.	3
1º	KLEIMAN, Ângela B. <i>Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura</i> . Campinas: Pontes, 1989.	3
1º	KOCK, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <i>A coerência textual</i> . 8. ed. São Paulo: Contexto, 1998	3
1º	KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. <i>Ler e compreender os sentidos do texto</i> . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.	3
1º	KOCH, Ingedore. <i>A coesão textual</i> . São Paulo: Contexto, 1989.	3
1º	KOCH, Ingedore; ELIAS, Wanda Maria. <i>Ler e compreender: os sentidos do texto</i> . São Paulo: Contexto, 2001.	3
1º	MACHADO, A. R. (Coord.) <i>Resumo</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Leitura e produção de textos técnicos e científicos, 1).	3
1º	MACMILLAN. <i>Essential dictionary for learners of american english</i> . China: Macmillan, 2007.	3
1º	<i>Manuais do LibreOffice</i> - Disponível em: http://pt-br.libreoffice.org/suporte/documentacao . Acessado em 31/08/2011.	3
1º	Manzano & Manzano. <i>Estudo Dirigido de Informática Básica</i> . Érica, 7ª edição, 2007. Battisti, Júlio. <i>Windows XP – Curso Completo</i> . Disponível em: http://www.julio battisti.com.br/artigos/windowsxp/principal.asp .	3
1º	MARCUSCHI, Luiz Antônio. <i>Produção textual, análise de gêneros e</i>	3

	<i>compreensão</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.	
1º	MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. <i>Português instrumental</i> . 16. ed. Porto Alegre: Sagra; DC Luzzatto, 1994.	3
1º	MEDEIROS, J. B. <i>Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas</i> . São Paulo: Atlas, 2000.	3
1º	MENDES, G. F.; FORSTER JUNIOR, N. <i>Manual de redação da Presidência da República</i> . 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.	3
1º	MIND TOOLS. <i>Reading strategies</i> . Disponível em: < www.mindtools.com/rdstratg.html >	3
1º	MURPHY, Raymond. <i>English grammar in use</i> . Cambridge: Cambridge university Press, 2004.	3
1º	NOVAES, Adauto. <i>Ética</i> . São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.	3
1º	OXFORD. <i>Dicionário Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês inglês-português, português-inglês</i> . China: Oxford University Press, 2005.	3
1º	SÁ, Antônio Lopes de. <i>Ética e Valores Humanos</i> . Curitiba: Ed. Juruá, 2009.	3
1º	SÁ, Antônio Lopes de. <i>Ética Profissional</i> . São Paulo: Ed. Atlas, 2001.	3
1º	SIGNER, R. <i>Curso prático de redação e gramática</i> . São Paulo: Sivadi Editorial, 2001.	3
1º	SWAN, Michael. <i>Basic english usage</i> . Oxford: Oxford University Press, 1984.	3
1º	TOTTIS, Verônica. <i>Língua inglesa: leitura</i> . São Paulo: Ática, 1986.	3
1º	LIMA, Elon Lages (et al.). <i>A Matemática no Ensino Médio/ Coleção do professor de matemática</i> . 6 ed. – Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2006.	3
2º	ARAÚJO, J. N. G. de; GOULART, M. I. M. Psicologia e Educação: universos em interação. In: SALGADO, M. U. C.; MIRANDA, G. V. (Org.). Veredas - Formação Superior de Professores. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação, 2003, vol. 1, p. 122-151.	3
2º	BACHMANN, A. <i>Desenho Técnico</i> . Rio de Janeiro, Ed. Globo.	3
2º	BATEMAN, T. S.; SNELL, S. S. <i>Administração: construindo vantagem competitiva</i> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.	3
2º	CHAPLEAU, W. <i>Manual de emergências: um guia para primeiros socorros</i> . Editora Elsevier, 2008.	3
2º	CREDER, Hélio. <i>Instalações elétricas</i> . São Paulo: Makron Books: 2002	3
2º	DEJOURS. C. <i>A loucura do trabalho</i> . São Paulo: Oboré, 1996.	3
2º	DORNELAS, José Carlos Assis. <i>Empreendedorismo: transformando idéias em negócios</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2001.	3
2º	EDITORA SARAIVA. <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 7ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.	3
2º	EQUIPE ATLAS. <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 67ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.	3
2º	ESTEPHANIO, Carlos. <i>Desenho técnico: uma linguagem básica</i> . Rio de Janeiro: 1994.	3
2º	GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. <i>Legislação - Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Método, 2010.	3
2º	HELOANI, R. <i>Organização do Trabalho e Administração: uma visão multidisciplinar</i> . São Paulo: Cortez [s.d.], 1994.	3
2º	LACOMBE, G. <i>Os primeiros socorros</i> . Editora Piaget, 2000.	3
2º	LIBERATO, Ana Paula Gularte. <i>Coletânea de Legislação Ambiental – Ed Juruá (2004)</i> .	3
2º	LIMONGE-FRANÇA. A. C. <i>Psicologia do trabalho: psicossomáticas, valores e práticas organizacionais</i> . São Paulo: Saraiva, 2008.	3
2º	MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. <i>Introdução à administração</i> .	3

	São Paulo: Atlas, 2008.	
2º	MOTA, M. C. Z. <i>Psicologia Aplicada em Segurança do Trabalho: destaque nos aspectos comportamentais e trabalho em equipe da nova NR-10</i> . São Paulo: LTr, 2007.	3
2º	ROBBINS, S. <i>Fundamentos de Administração: conceitos essenciais e aplicações</i> . São Paulo: Prentice Hall, 2004.	3
2º	<i>Segurança e medicina do Trabalho</i> (6a edição) – Editora Saraiva, 2011.	3
2º	SOUSA, L. M. M. <i>Primeiros socorros – condutas técnicas</i> . São Paulo: Iatria, 2010.	3
2º	VERGARA, Sylvia Constant. <i>Gestão de pessoas</i> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.	3
2º	WISNER, A. <i>Por dentro do trabalho: ergonomia, método e técnica</i> . São Paulo: Cortez, 1987.	3
2º	YVES, C. <i>A Função Psicológica do Trabalho</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.	3
3º	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>Norma Brasileira 14724</i> . Rio de Janeiro, 2011.	3
3º	BAPTISTA, Makilim Nunes & CAMPOS, Dinael Corrêa de. <i>Metodologias de Pesquisa em Ciências: análises quantitativa e qualitativa</i> . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010.	3
3º	BARROS, Aidil de Jesus Paes de Barros & LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. <i>Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas</i> . Petrópolis: Vozes, 2010.	3
3º	DEMO, Pedro. <i>Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos</i> . Brasília: Liber Livro, 2004.	3
3º	CARVALHO, Marly Monteiro de, et al. <i>Gestão da qualidade: teoria e casos</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	3
3º	ARAÚJO, G.M. <i>Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional OHSAS 18.001 e ISM CODE</i> . Rio de Janeiro: GVC ed., 2006.	3
3º	MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. <i>Qualidade e gestão ambiental: sugestões para implantação das Normas ISO 14.000 nas empresas</i> . 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.	3
3º	DAFT, R. L. <i>Teoria e projeto das organizações</i> . 6.ed. Rio de Janeiro: LTC ed., 1999.	3
3º	BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. <i>Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos</i> . 5 ed., São Paulo, Ed. Senac, 2006.	3
3º	ATLAS. <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 64 ed., Ed. Atlas, 2009.	3
3º	EDITORA SARAIVA. <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 7ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.	3
3º	EQUIPE ATLAS. <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 67ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.	3
3º	IIDA, I. <i>Ergonomia – projeto e produção</i> . 2. ed. São Paulo (SP): Blucher, 2005.	3
3º	SALIBA, TUFFI M.; AMARAL, LÊNIO SÉRVIO; CORRÊA, MARCIA ANGELIM CHAVES. <i>Higiene do Trabalho e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais</i> 3ª. Ed. LTR, 2002.	3
3º	SALIBA, TUFFI MESSIAS. <i>Insalubridade e Periculosidade</i> 10ª. Ed. LTR, 2011.	3
3º	SALIBA, TUFFI MESSIAS. <i>Manual Prático de Avaliação e Controle de Gases e Vapores</i> - 3ª Ed. LTR, 2009.	3
4º	ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – <i>Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – NBR 9050</i> .	3
4º	ASFAHL, C. R. <i>Gestão de Segurança do Trabalho de Saúde Ocupacional</i> . São Paulo: Reichmann & Affonso, 2005. 446p.	3
4º	ATLAS. <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 64 ed., Ed. Atlas, 2009.	3
4º	BRITO, L. C. M. <i>Segurança aplicada às instalações hospitalares</i> . 4.	3

	ed. Editora SENAC, 2006.	
4º	CAMILLO JÚNIOR, Abel Batista. <i>Manual de Prevenção e Combate a Incêndios</i> . 11 ed., São Paulo, Ed. Senac, 1999.	3
4º	CARDELLA, BENEDITO. <i>Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidente</i> . LTR, 2008.	3
4º	CARDELLA, Benedito. <i>Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes: uma abordagem holística</i> Ed. Atlas, 2010.	3
4º	EDITORA ATLAS. <i>Segurança e medicina do Trabalho</i> . 6. ed. Editora Saraiva, 2011.	3
4º	EDITORA SARAIVA. <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 7ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.	3
4º	EQUIPE ATLAS. <i>Segurança e Medicina do Trabalho</i> . 67ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.	3
4º	FELDMAN, L. <i>Gestão de risco e segurança hospitalar</i> . Editora Martinari, 2008.	3
4º	MASTROENI, M. F. <i>Biossegurança aplicada a laboratórios e serviços de saúde</i> . 2. ed. São Paulo (SP): Atheneu, 2006.	3
4º	NB-1367 (NBR 12284) – Áreas de vivência em canteiros de obras (ABNT).	3
4º	PONZETTO, GILBERTO. <i>Mapa de Riscos Ambientais - Aplicado a Engenharia de Segurança do Trabalho - CIPA NR – 05</i> . 3ª. Ed. LTR, 2010.	3
4º	<i>Segurança e medicina do Trabalho</i> . 6. ed. – Editora saraiva.	3

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: MEC/SEMTEC. Educação Profissional: legislação básica. Brasília, 1998. p. 19-48.
- _____. **Decreto n.º 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. em 26/07/2004.
- CNE/CEB. **Parecer n.º 15**, de 2 de junho de 1998. Regulamenta a base curricular nacional e a organização do Ensino Médio. In: MEC/SEMTEC. Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio: bases legais. . V.1. Brasília, 1999. p. 87-184.
- _____. **Resolução n.º 3**, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. In: MEC/SEMTEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: bases legais. V.1. Brasília, 1999. p. 175-184.
- _____. **Parecer n.º 16**, de 26 de novembro de 1999. Regulamenta as bases curriculares nacionais e a organização da Educação Profissional de nível técnico. In: MEC/SEMTEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. Brasília, 2000. p. 07-46.
- _____. **Resolução n.º 4**, de 26 de novembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. In: MEC/SEMTEC. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília, 2000. p. 47-95.
- _____. **Parecer n.º 39**, de 08 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto n.º 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.
- _____. **Resolução n.º 1**, de 03 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n.º 5.154/2004.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir** – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 4ª Ed. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GIEBELEN, J.B.M.E. **Arquiteturas Cognitivas construídas no curso de Administração a distância** – Projeto UAB/Banco do Brasil, 2011. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPB, João Pessoa, 2011.
- IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2010 - 2014)**. 2010.
- _____. **Regulamento Didático para os Cursos Técnicos Subsequentes (2011)**.
- KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. São Paulo: Papirus, 2007.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999
- MEC/SETEC. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2009.
- PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. **A formação continuada de professores e suas relações com a prática docente**. 1999. 201p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.